



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2008

### Acta n.º 25

Ao vigésimo quarto dia do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:30 horas, na Sala de Reuniões do Edifício da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, por convocatória de quinze de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação, sobre o pedido de Demissão de Mandato, do Membro da Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal de abastecimento de água do Município de Albufeira; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Constituição do Direito de superfície a favor do Município de Albufeira sobre o prédio propriedade da PolisAlbufeira Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da desafecção de bens do domínio público Municipal – parcela do prédio sito em Vale Pedras – Correeira – ulterior constituição de direito de superfície sobre aquela a favor de uma Associação sem fins lucrativos; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de rectificação do PDM de Albufeira (Zonas de Edificação Dispersa/RAN); -----

**PONTO SETIMO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público de higiene Urbana – Abril 2005/Fevereiro 2013; - alteração do montante; -----

O Presidente da Assembleia, convida a Membro Ana Pifaro para tomar o lugar da Segundo Secretário Maria Eugénia Baptista, que pediu substituição. -----

#### **PRESENÇAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita (21:37 h), José Manuel Bota Sequeira, Ana Luísa Sousa Simões, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço (21:35 h), Rui Miguel de Sousa Seródio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita

Neves, Francisco José Pereira Oliveira(21:37 h), Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma, e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. - Registou-se ainda, a presença do Sr. Vice-Presidente José Carlos Rolo em substituição do Sr. Presidente da Câmara, do Vereador em regime de permanência, António Gonçalves, e em regime de não permanência, o Vereador Fernando Anastácio. -----

**FALTAS:** Vítor José Cabrita Neto, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Pedro Manuel Trovão Ferro, Nelson António de Melo e Maria Eugénia Xufre Baptista. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Vítor Neto, Carlos Gabriel, José Vila Nova (membro suplente), Pedro Ferro e Maria Eugénia Baptista, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os membros, Euridice Vieira, Ana Simões, Nelson de Melo e Maria Perpetua Ramos. -----

Havendo quórum (vinte e cinco presenças), o Presidente da Assembleia inicia a sessão e passa a palavra ao público. -----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Luís Alexandre - ACOSAL - Boa noite a todos. Peço desculpa pela minha voz, estou um bastante engripado, mas vou tentar ser lento, sem grandes considerações porque, acho que, as pessoas que estão aqui presentes, vão exprimir-se muito melhor do que eu porque foram afectados directamente e aproveito para, publicamente, manifestar a minha solidariedade por todos, em meu nome e em nome da ACOSAL. Perante a gravidade da situação que afinal não foi a sexta, alguém as contou e afinal foi a oitava. Houve um prejuízo e, a dor foi sentida por todas estas pessoas. Não poderíamos ficar indiferentes e muito menos continuar a aceitar a posição que a Câmara Municipal sempre tomou, de tentar atribuir as responsabilidades noutros hemisféricos, tentando negar que, efectivamente, havia problemas no subsolo, que não tinha condições para absorver uma simples água de chuva. Eu perante a gravidade desta situação, tenho a fazer duas perguntas muito concretas, gostava que tivessem, efectivamente, respostas. Que medidas vão ser tomadas para ajudar os comerciantes? Que medidas vão ser tomadas para evitar ou atenuar futuras situações? Estas preocupações estão nas nossas mentes e acho que chegou a altura de a Câmara Municipal, digamos assim, nos enfrentar. Tomar a atitude de se explicar, como pensa resolver estes assuntos. Obrigado. -----

Carlos Ventura - Boa noite a todos. A minha conclusão é sempre a mesma. Prejudicaram-me, prejudicaram-me, prejudicaram-me. Roubaram-me, roubaram-me, roubaram-me. Foi um abuso de poder. (apresenta doc. 1) -----

ALBUFERÇA CMA NÃO TEM ACESSES/BELEZAS  
 ASCENSOR NÃO PASSA DEBORA DADO A DEFE-  
 CIÊNCIAS

A PRACA DA MINHAS 21 SUSTITUIR  
 ARSENAL DE SAUSA ABUNDANTE/COM ESTATUA  
 VAISE FAZER HOSPITAL OU CLINICA PRIVADA  
 PORQUE NÃO PUBLICA / PREPARAR A  
 BIBLIOTECA COM LEITURA PARA OS MENORES  
 PARA VEREM SEM PALAVRA

SÃO PENSAMENTOS PARA UM CENÁRIO DE  
 UMA SOCIEDADE / ANÁLISES

PENSAMENTOS IDEIAS CONCLUSÃO

ENERGIAS ALTERNATIVAS

CMA./CENSO SAUDE/ TRIBUNAL/

AUTOCARROS ETC

## TEXTOS MORRER PELO PENSAR

I

MORRER PELO VIDA/ PEAS PALAVRAS DESCRITAS SENTIDAS/ PEIA ES-  
 TRADA DO CONSENCO/ PEIA ESCRITA NA DESCOBERTA DO DESERTO  
 PROZONADO/ <sup>PEAS PALAVRAS</sup> SONHAR NAS SOMBRAS DO SONHO DA VERDADE/ NO SOM  
 DO CÁLICO DAS AVES/ SONHAR NAS ASAS DA LIBERDADE/ SONHAR  
 PELO AMOR/ ESTAR PRESENTE/ AUSENTE/ SENTIR O CHEIRO DA MORTE  
 DA CARNE <sup>CAINHA NOS AS</sup> DOSS/ E DESCOMPOE DA TERRA À TERRA VAJANDO  
 CEMITERIO DOS CAMINHADAS DOS ELEFANTES/ PEIA PLANETA  
 PEIA HUMANIDADE/ <sup>NO PONTO ABERTO DO</sup> SENTIDO A SENTIDO IS-  
 PIRITO A ISPIRITO/ SENTIR SENTIMENTOS ESTRANHO/ SENTIRHEU-  
 TO A SENTIMENTO/ SENTINEIA DE BRANDOS COSTUMES/ SENTINEIA  
<sup>SENTINEIA</sup> ABRANDIDA SENTINEIA DE ALERTA SENTINEIA DE SENTIMENTO  
 VIVER NA ORGINALIDADE DA CLARIDADE CRIATIVA DA ARDIA DA  
 MENTALIDADE A ORALIDADE DA LIBERDADE NA ARDIA DA  
 ESTRADA/ SUBINDO PEAS CRESCERES AS CASAS DE REPOS/ SENTI-  
 PELO SOCIAL/ DO ARDONMENTO/ PEAS ESCADAS DAS ESTRELAS/ <sup>SENTI-  
MEUROS</sup> SUBIR AS ESCADAS DO UNIVERSO/ ESCONDENDO-SE DAS SOMBRAS  
 NA ESCRITA DAS PALAVRAS SENTIDAS SEMEANDO SENSABILIZ-  
 DADES PENSAMENTOS <sup>PREVALECE</sup> NO TEOR DO ETER DAS PALAVRAS DEC-  
 ERITAL PELO PENSAMENTO DAS DESCOBERTAS INCREMENTADAS  
 DERIDAS NO FORTATO/ ESTAR DO DA SENSABILIDADE USUAL  
 USAR O SUOR DAS LÁGRIMAS DO DENTRO USUAL DO ESTAR  
 E DO SER CONSTRUINDO CONSTITUINDO CASTELOS DE NEVE  
 E NAS LÁGRIMAS DA NEVE CONSTRUIR CASTELOS DE ESPE-  
 RANCA/ NO SUOR DAS LÁGRIMAS UNILAS FAZER A CHUVA  
 PLANTAR A VIDA <sup>RE</sup> A REDAR OS DESERTOS/ A FÍSICA DE  
 JUSTIÇA DE SENTIMENTOS COM A MATÉRIA DA MEMÓRIA  
 INJUSTIÇA AS HÍDRAZAS DO PAU DESTROBIDAS PEIA CARIDADE  
 NÁ/ PEIA JUSTIÇA DO LÁBOR DO SANGUE E DO SUOR NO  
 EQUILÍBRIO DA MATÉRIA NA VERGONHA DESTA SOCIEDADE  
<sup>INCOMPRETENTES</sup> INJUSTIFICADOS QUE SE EQUILIBRA  
 DA FOME DA MORTE DO SACRIFÍCIO DO SANGUE DO SANGUE  
 DA ESCRAVATURA A ESCRAVATURA MENTAL DA MISÉRIA DA  
 MULTIPLICAÇÃO DOS EQUILÍBRIOS AOS DESIGUILIBRIOS DOS  
 LABIRINTOS DA HUMANIDADE À HUMANIDADE NA CORRUÇÃO  
 AS INFLUÊNCIAS DAS INSUFICIÊNCIAS NOS SUBORNOS DOS  
 PROVEDORES/ A CONSTITUIÇÃO HUMANA NÃO É COMPLE-  
 MENTO, ARTIFICIAL É A FÍSICA DO SER/ É O TOTAL PLA-  
 NETÁRIO NAS FRONTEIRAS <sup>DA FLORESTA DOS EQUILÍBRIOS</sup> DA FONTE DO UNIVERSO  
 DA PONTE DO SURREALISMO/ A MISERABILISMO DA  
 MENTE INDIVIDUAL/ NO REFLEXO DO ETER DA TEORIA  
 DA UTOPIA DA GLOBALIDADE DO CONSENCO DO CANSADO  
 DA TEORIA DO EQUILÍBRIO DO SER POSITIVO  
 O POETA NO MOMENTO DE INSPIRAÇÃO SENSUAL A  
 CRIATIVIDADE MANIPULADA PEIA VEIA DA LIBER-



TEXTO: MORRER PELO PENSAR

DA TEORIA 71

DADE CRIATIVA PINTANDO <sup>CASSEL</sup> DA ESCRITA NA TELA DA MEMÓRIA  
 DA INSPIRAÇÃO DA MANEIRA ABERTA DO SER DO UNIVERSO  
 É SENTIMENTO SEMETRIA GEOMETRIA HISTÓRIA MEMÓRIA FU-  
 TURO CONCRETIZAÇÃO NA FORMA DA FORMA DO FORMADO  
 DO ESTAR SE ENCONTRANDO PRESENTE AUSENTE  
 O POETA NÃO DA TREGUA/A POESIA NÃO É FINGIMENTO  
 A POESIA A PROSA É ACTO PENSAMENTO NÃO É TEORIA  
 É CREDÍVEL REALIDADE DA TONATICA INTELECTUAL VIDA  
 CRESCE VIVE RESENHE A ALMA QUE CHORA NO CORAÇÃO  
 AIMA ALMA DAS SOMBRAS DOS VENTOS/É O VACIO DOS  
 SENTIMENTOS! RESENHE AS VEIAS DA SENSIBILIDADE  
 É SENSACAO SENTIMENTO DO CORPO ENFERMO MORTO  
 DE PROSA VIDA/ APOIS A VIDA A MORTE DO CORPO  
 MENTE DO POETA A PROSA VIVE/AZIMENTA AS FÉRIAS  
 O CERVO DA ALMA HUMANA/A TEORIA VIVEREMACE VIVE  
 CRESCE SEU CORPO ATEIRA-SE AZIMENTANDO OS  
 BICHOS DA TERRA MISTURA-SE A TERRA A PLANETA  
 TERRA DE NINGUEM/NESTA INFINE PASSAGEM/A NOSSA/HAVIR  
 O POETA A PROSA SINDA NA INCIPITACAO/É SENTIMENTO ABERTA  
 MANEIRA ABERTA DO SER DA UTOPIA DA MANEIRA  
 ESCURA DAS SOMBRAS DA FRONTEIRA DO UNIVERSO É O  
 FRONTEIRA DO PENSAR UNIVERSAL/SEMPRE SEPARAR OS  
 CERROS DOS SENTIMENTOS DAS SEMENTES DA UTOPIA ENER-  
 GIDA NO LACCO DOS OSSOS DO CAUSACO CONSENCO NA  
 TEORIA DA VERDADE DO AFIANHAM A UTOPIA  
 O TEXTO É ENTÃO DA ESTRADA ESTREITURA DA MENTE  
 ESTÉTICA ORIZONTAL DA ESTRADA CADENTE E ARDU-  
 MENTO CAZARRA A PALAVRA SEMENTES SENTIMENTO REUS-  
 TACA O LOR SENTIDO DO POETA QUE CHORA LAUTZIMAC  
 DE NEVIA DOS OLHOS SECOS AOS OLHOS QUE NÃO EXISTE  
 HUMIDADE NO FAISTO DO DESIGUIBRIO POSITIVO/AOLCIVI-  
 DOS DOS SENTIDOS NA ESCURIDADE/AO ESCANDARO MISERA-  
 BIZISTA NO PAIS PLANETA TERRA ONDE OS HUMANOS  
 SOBREVEM NO FRACASSO INSENSIVEL DA ISSENCIA DO  
 POETICO SER A MORTE DA PLANETA O PROLONGAMENTO  
 NO ESPACO TERRA/DA AGONIA DA INCERTEZA DA INVISI-  
 BILIDADE DO DIA DA NOITE ESCURA DA CLARIDADE DO  
 SEI/CO DO PENSAR DO AUS DA MEMORIA AUSENTE  
 PRESENTE/NA ESTRADA DO ZUMU NA FORÇA DE ES-  
 TAR DO ETER/A PROSA/É ALMA DO PENSAR FOR-  
 MANDO A SEMETRIA DA SÍNTESE DOS SILENCIOS  
 DOS SENTIMENTOS VISIVEIS INVISIVEIS! É A EXPRES-  
 SÃO DO CONSENCO DA HUMANIDADE A FILOSOFIA

Cia







TEXTO: MORRER PELO PENSAR  
DESCRACETIZADA

DESORGANIZADA NA TEORIA DA TEORIA ARRUO PAINDO  
A EPOCATIBO

O TER E TER DA TEORIA ENTRE MISERIA/HEN-  
TE ESCRAVADISTO MAENANIMO LAVARISTO DE-  
SQUILIBRIS DAS DIFERENÇAS SOCIEDADES DAS  
TANCIADAS PROPAGA O DESORGANAMENTO DE DES-  
QUILIBRIS PLANETARIO/NOTADO ISTO ONDE SE ENCONTRA  
O TER E MATERIA DESORGANIZADA (O HUMANO)

O SER E CONTEXTO DA ARMONIA  
O POETA NA E CONTEXTO DA ARMONIA/BAHARNIA  
O POETA NA PACTUA CONTRARIANDO AS SUAS  
AMARIZES NO SEU PROFUNDOS SENTIMENTO

ESCREVE COM A TILTA DO SUOR DA SUA MENTE  
COM O LEMA CONTINUA A SEGUIR  
HOMENAGEM A SUAS ORIGENS  
APENAS QUASENTE  
SAR DA ARMONIA PLANETARIA/SUAS JADINAS  
DE SUOR ESCONDENDO-SE/RECIANDO A SENSIBILIDADE  
O PENSAR NO PENSAMENTO SE A JUDICA DO  
PENSAMENTO PENSANDO NA CRIACAO DO FORMAS  
DA FISICA DO FISICO E DO ESPIRITO

O PENSAR E LIVRE/MAS ESCONDE-SE POR DETRAS  
DOS MEDOS DAS DISTANCIAS ONDE O MAINE-  
NETISMO A MENTE E APRESIONADA PELOS  
SISTEMAS DE IDEAL TRANSPORTANDO IDEIAS

FIXO

O SER E RELATIVIDADE DO CONSENCO DO PENSAMENTO

O TER E A RELATIVIDADE ORIGINAL ORIGINAL A DESGRACA  
SOBREPONDO CRITERIOS CADUCOS PROLEGENDO DESQUILIB-  
BRIZADO SER OU NAU SER ELSA QUESTAO AMORRETO

ORGANIZAMOS A SOCIEDADE/OU A SOCIEDADE NOS DE-  
SORGANIZA/A DIFERENÇA/DEPENDENTE A PROPRIA HU-  
MANIDADE/AS DERACOES FUTURAS SOLTARA AS GERA-  
COES PRESENTES FUTURO PASSADO.

A HUMANIDADE A PLANETA CHEGOU AO COLAPSO/CAIGO O MU-  
NDO DA REFLEXAO/EN QUIS NUNCA POR NUNCA SE NAU  
SE VOLATIZAR NO EQUILIBRIO POSITIVO/NAO EXISTERA RE-  
TORNO/SIM COLAPSO ENERGINO NA CONSTRUCAO DO  
COLAPSO DA EPOCALIPSO/A RESPONSABILIDADE E DA  
PROPRIA HUMANIDADE/INSERINDO A SOCIEDADE NO IDEAL

ESCLAVADISTA REMUNERANDO COMPRETIZANDO FATER-  
NIZANDO/AL SOCIEDADES NO SONHO A GANANCIA DO TER  
EIS A QUESTAO DO SIMBOLISMO/A ERA DUMA NOVA SOCIE-  
DADE DE PRINCIPIOS DE BASICA DE  
EQUILIBRIO POSITIVO

TEXTO = MORRER PELO PENSAR

✓

PARA A PAZ A PLANETA / É A FÍSICA DA PRÓPRIA ESTRUTURA DO RECOMEÇO NO RETORNO DO MISTÉRIO DO ESTE-  
DA ÉTICA FISIOLÓGICA BOM HOMEM NOVO / RESPEI-  
TANDO-SE / NUMA PLANETA IDENTIFICADA PELA SUA PRO-  
PRIA NATUREZA / O HUMANO É ÁRVORE / O FRUTO A PLANETA  
O CENTRO O ALIMENTO / NA PAZ NÃO EXISTE GUERRA / NUN-  
CA PODERÁ HAVER PAZ ENQUANTO UM SERE HUMANO SO-  
FRER PELO MOTIVADO DE OUTRO SERE HUMANO / NO SO-  
FRIMENTO DOS POLOS NA FOME NO SOFRIMENTO PELAS IN-  
RANCIA ARROGANCIA / O CENTRO O ALIMENTO NO ÍSPRI-  
TO DA FÍSICA MENTAL E DO FÍSICO / NÃO IDENTIFICADA / NO  
DESEQUILÍBRIO ORIGINAR A GUERRA / NAVEGAR NAS PADRE-  
LAS DAS NAUS DA SENSIBILIDADE SUBINDO NOS MASTROS  
AS VELAS BRANCAS DESFAZIDAS AO VENTO ENTERRAN-  
DO A INCOMPETÊNCIA NO PACTO DA VONTADE DA FONTE DA  
SENSIBILIDADE DO MOVIMENTO DE UM HUMANO NOVO  
NO ÍSPRI-TO DA FÍSICA ALTERADA ONDE A CRIAÇÃO FORMEN-  
TA O CENTRO MELH IMAO NO DESEJO DO MISTÉRIO MI-  
MISTÉRIO DO MOVIMENTO INVISÍVEL DA PROCRIDADE CRIA-  
TIVIDADE CARIDADE COM PASTO DE NEVE REDUZIDA NEVO-  
EIRO A JUSTIÇA ONDE A HUMANIDADE É A SEMENTE PRO-  
PRIATIVA / ENCHERTANDO É A EUPHADA / TERRA / SUBJUTURA  
COVA / MAÇADO QUE TALHA O SUPORTE DA MADEIRA / DA  
SUPERFÍCIE CAIXA FORMATO DE CAIXA  
AS PALAVRAS TÊM SENTIDO / DANDO VOZ AS PALAVRAS RECRI-  
ANDO NAVEGANDO NA ESCRITA NA ESTRADA DO PENSAR  
ESTRADA SEM DIRECÇÃO DEFENIDA PORQUE O PENSAR É  
LIVRE MAIS QUE O PRÓPRIO VENTO PORQUE O VENTO MO-  
VIMENTA-SE PELAS TRANSFORMAÇÕES / EM QUE A HUMANI-  
DADE A TRANSFORMA NOS ECLONOS / AOS TUFOS NA  
GRAVIDADE DA FORMA E FORMATO DESTRUIÇÃO NO PRO-  
VOCAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO AVARE SEM ESTRUTURA  
DE RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS HUMANAS  
OS DIREITOS HUMANOS / ACRESCENTANDO UMA ELABO-  
SA DE ANÁLISE / NÃO AO ENRIQUECIMENTO AVARE  
NÃO HÁ MORTE PELO MISÉRIA





REFLECTIR  
 SOS UM CIDADÃO COMUM EM FRENTE A FOLHA BRANCA  
 SOS UM CIDADÃO DO MUNDO ENCONTRANDO-SE NO MESMO  
 CANTO COM TANTA PRODUÇÃO POR MIM E AO POVO A  
 HUMILDE QUE SOFRE FIZERAM-ME ABRIR A JANELA  
 METER AS ASAS E VOAR NA LIBERDADE DAS CASAVAS  
 POBRE DE VOCÊS QUE NÃO COMPREENDIAM NADA / ES-  
 TÃO NA POLÍTICA ENROLANDO SAPOS PROTEGENDO OS Vossos  
 PRÓPRIOS PRIVILÉGIOS E INTERESSES A REFORMA  
 ORGANIZAMOS A SOCIEDADE / A SOCIEDADE NOS DESORDEN-  
 NIZA / A DIFERENÇA É PENDENTE AS GERAÇÕES FUTURAS  
 SUZURNA AS GERAÇÕES PRESENTE PASSADO

CMA PREPARAR FROTA DE CARROS A ENERGIA ELÉTRICA  
 EQUIPAR CMA COM ISOLAMENTOS PRÓPRIOS ENERGIA  
 SOLAR MONTAGEM DE VENTILADORA ULTRÁVIOLETA  
 MINUSCUL-SE A PARAR COM A BURECRAZIA A CORRIL-  
 PIA A INFLUÊNCIA O SOBORNO / PREPARAR ALIMENTOS  
 COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS COMERCIAIS HOTÉIS OS  
 NOVOS BLOCOS DE HABITAÇÃO / AOS NOVOS BARRIOS  
 SOCIAIS IDEM.

ALINHAR A CIDADE AO TRANSPORTE ELÉTRICO AO  
 VENTO AO SOL AO ALIMENTANDO A PRÓPRIA DISTRIBUI-  
 ÇÃO DAS NECESSIDADES HUMANAS  
 EQUIPAR OS POSTOS LUMINOSOS EQUIPAR COM SISTE-  
 MAS FORNECENDO A SUA PRÓPRIA ENERGIA E NA PARTE-  
 CIPAR A FORNECER CENTRAIS ADEQUADAS / EM COLOBORA-  
 ÇÃO COM PAMANAS ALGARVE ALISTANDO MONTAR  
 NAS SERRAS ONDE O VENTO É MAIS ACESSÍVEL  
 PRODUZIR ENERGIA ALTERNATIVAS COM CADETE-  
 RÍSTICAS A EXPORTAÇÃO PROTEGENDO A VIDA SELVA-  
 GEM A FLORA A FAUNA PENDENTE AS ONDAS  
 REPOVOAR OS CAMPOS PARA O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO  
 PROPORCIONAR COM OUTRAS ENFERMIDADES CAMARADIAS  
 A REFLEXÃO DO TRANSPORTE O CONSUMO ZERO  
 RECARGAVEL AO ANDAMENTO ENTRE O SOLAR E O MO-  
 VIMENTO DAS RODAS A TODO QUE SE MOVIMENTA  
 RECARGAR BATERIAS DE EXCEPCÃO ADEQUADA  
 ALBUFEIRA ACESSIBILIDADE ABERTA INSTALAÇÕES  
 PRÓPRIAS PARA DESATIVIDADES







de trinta a quarenta casas de habitação, concretamente na Rua da Alfarrobeira, Vale da Azinheira, sem ligação à rede de esgotos. Mas o problema mais grave é o que todos os anos acontece na Rua 25 de Abril, junto à praia, rebenta precisamente quando a praia dos Olhos d'Água está cheia de gente, turistas. Pelo menos há cinco/seis anos para cá, acontece a mesma coisa. Incomoda não só as pessoas que cá habitam, mas também as pessoas que cá vêm passar férias. Continua a construção de hotéis, que aumenta nessa época a população, mas a rede de esgotos continua a mesma. A minha pergunta é a seguinte: para quando a resolução desse problema? Daqui a um ano vamos assistir ao mesmo problema? Este ano a praia perdeu a Bandeira Azul, durante uns dias. Mas tudo isso, acho que é um problema grave para a população, não só para os que cá habitam, mas também para os que vêm passar cá férias. A pergunta que eu deixo é: se realmente há planos na Câmara para resolver esse problema de imediato? -----

Alexandre Freitas – Muito boa noite Sr. Presidente, meus Senhores e minhas Senhoras. É lamentável que desde 2004 o CDS tenha vindo a avisar daquilo que aconteceu e felizmente não houve danos pessoais. Pergunto ao Sr. Vice-Presidente, o Sr. Presidente hoje não está presente. Gostaria que me dissesse como é que está a situação da Câmara, neste momento, com a empresa Polis. O que é que se está a prever, rapidamente, para estas pessoas serem indemnizadas. E qual é o planeamento que está a ser feito para estas pessoas que foram tão penalizadas por uma situação que podia ter sido também evitada. Como é que está o relacionamento da Câmara com a empresa gestora? E a nível de futuro, o que é que vai ser feito para que não volte a acontecer? Mas, principalmente, gostava de saber como é que a situação dessas pessoas vai ser resolvida e quanto tempo vai demorar. Obrigado. -----

Empresa Tong Ching – Posso falar em nome dela. Eu tenho uma loja por cima da loja dela, no Centro Comercial Califórnia e, ela ficou realmente sem nada. Tem tudo, tudo, estragado. A loja tem 380m<sup>2</sup>, estava cheia de coisas e aquilo é quase tudo, tudo, para deitar fora, muito pouco ou nada, ela pode aproveitar. Eu sou testemunha e há aqui várias pessoas que podem servir de testemunhas. -----

António Arez Cera – Exponho o meu problema, no Vale da Azinheira. As canalizações dos esgotos estão constantemente a rebentarem, à porta de um restaurante, e correm pela rua fora, para o meu quintal. Há dias que não se pode estar lá. Os canos entopem lá para cima e rebenta ali. Já há anos que isto acontece, sobretudo no Verão. Sai no meu quintal, que é a parte mais baixa, corre para o jardim e nem posso estar lá. Tenho telefonado bastantes vezes para as pessoas, para a Câmara, realmente vão lá, mas uns dias depois volta a acontecer, sobretudo no mês de Agosto, que todos os dias está entupido. Obrigado. -----

Carlos Afonso – Boa noite. Estou aqui em representação de Manuel Duarte Afonso, Lda. Av. 25 Abril, n.º49. Eu vou falar por mim, pela empresa que estou a representar e pelas pessoas daquela rua que também têm o mesmo problema. Nós temos prejuízos enormes, devido à inundação, a chuva de duas horas foi uma coisa brutal. Encheu-me a cave de água. Aquela loja está ali à trinta e dois anos e é a terceira vez que acontece, a água entrar para a cave. Ou seja, em trinta e um anos entrou uma vez e, de um ano para cá entrou duas vezes. As obras foram feitas, reconheço que a rua está mais

bonita, a avenida está mais bonita, mas o sistema de escoamento não funciona. Posso dizer que, estivemos a contabilizar o prejuízo e está em cento e cinquenta mil euros para cima. É um prejuízo muito avultado, é grave. Quando fizeram as obras, toda a gente ali disse que aquele sistema de escoamento não iria ser o suficiente, mas como não sou engenheiro, a nossa palavra não foi levada em consideração. Ninguém ouviu o que nós dissemos que iria acontecer, mas o facto é que aconteceram. Quem projectou aquilo, deveria ter tomado em conta o que as pessoas disseram. Agora os prejuízos são nossos, não é? Nós na altura dissemos que não iria ser suficiente. Muitas das pessoas que estão aqui conhecem-me desde pequeno, vivo ali há muito tempo e sei perfeitamente que aquele sistema não chega, como toda a gente que tem ali negócios e que foram muito prejudicados. Agora, a minha questão é, o que é que vai ser feito? Choveu um dia, duas horas, aliás, e agora é que está a começar. Aquilo precisa que seja feito algo e rápido. E o que é que vai ser feito, também, para nos ajudar. Nós tivemos prejuízos enormes. Isto assim não pode continuar. Não está bem feito. A minha dúvida é saber o que vão fazer. Sinto-me revoltado, zangado e chateado, porque a minha palavra e a palavra dos moradores da avenida não foi levada em consideração, quando fizeram aquilo. É tudo. Obrigado. -----

Emanuel Ferreira (Barberays, Lda.) – Eu investi no Edifício “Silver Screen”, foi todo restaurado e fiquei a saber que foi implantado no leito de um ribeiro. Gostaria de saber qual é o critério da Câmara, autorizar uma obra no leito de uma ribeira? Está a baixo do nível da água a 1,70m, parece um barco. Quero saber quais são os critérios? Toda a gente acha as ruas bonitas, é uma ilusão óptica, aquelas pedras têm granito, agora estão desmontadas. Os tubos do escoamento, também acho que o engenheiro que montou aquilo tirou o curso num pacote, é para escoamento gravítico que vem do Cerro Malpique, vem do Pão da Aldeia etc. São uns tubinhos pequeninos, não é uma tubagem decente e depois temos as inundações. O que tenho visto aqui no Algarve, eu não sou de cá, é só ilusão óptica, bonito por fora e no fundo não fazem nada. Gostaria de saber o que é que vão fazer a seguir para resolver a situação. Gostava de saber se têm solução para isto. -----

Ana Pereira (Restaurante Aquário) – Venho expor duas situações independentes da dos meus colegas do edifício Albufeira. A cave e restaurante em cima, ficou completamente inundada com mais de um metro. Os prejuízos dentro do restaurante em si, como é cave, não atingiu a parte de cima, mas tudo o que era armazenamento de bebidas, pastas de arquivo da empresa, dossiers, etc., etc., foi tudo por água abaixo. Tínhamos quadros a óleo, esculturas de Duarte e Sousa que foram completamente destruídas. As pessoas que conhecem Duarte e Sousa sabem que são quadros valiosos. Para além do restaurante, temos o aluguer da cave, estacionamento, que levou com mais de um metro de altura tal como as nossas caves, onde existiam para além da minha moto, mais cinco carros, que ficaram completamente danificados e não há seguro nenhum que cubra, nem seguro contra todos os riscos, nem contra terceiros, nem o seguro do edifício em si. Em trinta anos isto nunca aconteceu, mas da maneira como o chão está colocado, vai acontecer na próxima chuvada. Eu pergunto como é que é?



Quem é que vai arcar com as consequências daqui para a frente? E com estas que aconteceram? Obrigada. -----

Milena (Ourivesaria Milena) – As questões são as mesmas das dos outros senhores. Eu tenho uma ourivesaria e os prejuízos foram elevados. Um metro e setenta de água dentro da loja, é muita água. Gostaria de saber até quando é que nós vamos ser ajudados. E alguns prejuízos, são mesmo muito, muito elevados. Vai ser feita alguma coisa? Ainda agora começou. Todos os anos em Setembro, isto acontece, pouca ou muita água, nós temos sempre água no Centro Comercial, infelizmente. Em Setembro, sempre! -----

Martinho Sancho – Boa noite a todos. Senhor Presidente, meus senhores, olhe eu venho aqui dizer que vendi casa em Caldas de Rainha e é aqui que eu moro, há muitos anos. Comprei uma casa junto com os meus filhos na Rua dos Foros, não tem placa não tem nada. Agora já colocaram uma placa qualquer, até puseram Rua dos Foros – Albufera, falta o "i", Albufeira, está aqui o meu vizinho que não me deixa mentir. E tenho uma fossa rota da vivenda G do meu vizinho. A vivenda deve estar feita há vinte e dois anos, a nossa está feita há dezoito. Havia um senhor a gerir os pátios que havia água nas nossas casas, mas a água corria, parecia um rio. Chegou lá um senhor da Câmara, um era o senhor Sebastião, que disse que era água das Açoteias, água das Açoteias há rega e tal, eu disse: não, isto não é. Mandei tirar umas análises era água da conduta. Bem fui para Bruxelas, para o Gabinete da Refer e venho cá fazer uma drenagem. Fiz uma drenagem toda a volta alguns vinte e tal metros, quando acabei de fazer a drenagem rebenta um cano no gaveto que vem da Rua do Banco para as Figueiras, e o cano rebentou ali à frente ao senhor André das Finanças. Rebentou as águas do Amorim, com dezassete anos, chegaram ao alcatrão e rebentou ao cimo ao mesmo tempo. Depois de fazer a drenagem, venho cá de férias no mês de Agosto, o que é que acontece, nada! Desapareceram obras e soube de duas que andam por aí que nós mesmos cidadãos devíamos anunciar onde elas estão, há uma aqui em frente a Vale Carros já lá está há três anos a correr, outra rebentou em frente, como é que aquilo se chama aquilo? Ao Estêvão. Passei para cima, passei para baixo para a Patã. Estava lá um catapiler rebentou com aquilo num instante. Tudo arranjado, tudo drenado já há um tempo concerteza que andava água. Para onde é que essa água ia correr? Ia a correr lá em baixo, ao fundo, das vivendas do senhor Tenazinha, há ali um rio, que esse rio puseram agora lá toneladas e toneladas de terra, está a perceber? Agora no mês de Agosto passava por aí a pé, passam pelo rio, passa por ali para ir ao Inácio buscar o pão e aí ali passa por ali. Espetam-me ali com cinco caminhões de terra, para quê? O rio está tapado e agora há dias, há quinze dias apareceu um enchente de água. Depois não passa ali um carro, não passa nada. Como é que o senhor vai pôr terra ali? O senhor Tenazinha é incapaz de passar lá para dentro, por detrás das vivendas do senhor Tenazinha para fazer uma passagem de estaleiro, há ali vizinhos que não estiveram de acordo. Agora nós, ali na Rua dos Foros, fiz uma reclamação para Bruxelas, agora fiz outra e recebemos uma convocação do departamento de obras e serviços, fui lá, fui chamado lá um ano depois, fiz a reclamação em dois mil e seis e fui lá em dois mil e sete. A saber: isto está aqui nada de nada informação, fizemos um abaixo assinado por

causa de um passeio, deram-me para assinar e assinei. Nós fizemos uma reclamação sobre o que acontecia na rua, quanto às águas que desaguam ali. Também fala aqui na Rua das Laranjeiras, sem passeio nem nada, o senhor que representa a REFER com uma retro escavadora puxa outra vez todo para cima. Agora estamos em dois mil e oito e gostava de uma resposta ao meu assunto. Quer dizer, continua tudo na mesma, está bem que se fez muita coisa, eu sei porquê, eu sei o que é que se passa, mas também temos que fazer nos arredores. Não é, andar uma camioneta a limpar o lixo que está ali e temos a Rua dos Foros cheia de entulho. Nos meses que voltei cá, Junho e Julho, e em Julho sou trazido à Câmara por causa de uma reclamação e depois telefona-me um senhor um bocadinho complicado. Instalamo-nos na Rua dos Foros, está lá toda a família desde Julho. Mas daí para cá, quando eu fiz a primeira reclamação, há um ano, porque ninguém quer perder tempo, eu disse ao senhor João Mogo para vir hoje comigo e com um vizinho à reunião. Não sei o que é que fazem nos arredores, nem só ao pé dos hotéis se fazem malandrices, eles andem para baixo e para cima, desde a Ponte Barão até cá acima, junto à passagem de nível, a limpar o que está limpo, a culpa é minha? A gente vê. Isso é um caso em que a Câmara paga às firmas, paga bem, mas eles andam ali dois, um a coçar e o outro a ler o jornal. Quer dizer, nós temos falta de emprego e esses senhores que andam aí a passear de carro, na sexta-feira passada, para cima e para baixo, ainda a rir-se e ainda gozam connosco. Aqui no Algarve, quer dizer não tem nada com estrangeiros e emigrantes. Fui emigrante, tive a trabalhar na REFER, sou funcionário do Ministério do Primeiro Ministro, reformado. A limpeza estava-me entregue a mim, pois posso-lhe dizer que a limpeza para mim tem que ser direito, quando é hora da verdade, tem que se dizer a verdade, eu chegava ali e dizia o trabalho está mal feito e o funcionário não podia fazer as oito horas normais, agora aqui não, aqui é uma liberdade enorme. Recebo uma convocação para ir pagar dois mil e seiscentos e noventa e cinco euros à Câmara, muito bem, os senhores chamaram-me lá para ir fazer o pagamento. Vejo a fossa rota cheia de britas, não sei se é por estar rota que cheira mal, até o jardineiro me dizia "cheira aqui muito mal". Aqui da Rua das Laranjeiras, eu queria ver se dava aqui um jeito porque aquele caixote estava tão imundo, é fósforos, é grades, é ferros, é tudo ali, o caixote não estorva, o que estorva são as pessoas que lá juntam tudo. Porque as Câmaras, tipo a das Caldas da Rainha, tem um terreno que está aberto até aos sábados ao meio-dia, para toda a gente ir lá pôr os lixos. Estão lá dois funcionários que levam o lixo escolhido, têm para vários: plásticos, vidro e podem lá despejar tijolos. Ali despejam tudo. Não temos de ser criados de ninguém, o serviço é pouco e eu vejo. Mas, eu vim cá, é para perguntar se podem reparar aquela fossa? Muito obrigado. -----

Presidente da Assembleia - Mais alguém se quer inscrever do público? Senhor? -----

Isidro Dinis - Eu sou estabelecido em Albufeira há 25 anos, nunca assisti a umas inundações como estas deste ano. Este ano já tivemos duas lá na loja, enquanto que nos outros 24 anos a água nunca lá entrou. Eu suponho que aquelas obras que estão a fazer naquela rua onde era a antiga conservatória, não sei como é o nome daquela rua, invadiram o leito do um ribeiro de uma linha de água porque tanto que agora foi provado e a linha de água existia lá. Existia ali uma linha de água muito forte, derrubou



dois muros, à bocado estive lá a ver. Ora portanto, existia ali uma linha de água, uma linha de água muito forte porque derrubou dois muros de cimento e ferro. Com certeza que na Câmara tem o histórico da cidade, têm de ter! Sabe o que é que vai acontecer se não se toma providências no licenciamento daquelas obras, que ao fazerem aquilo faz com que as águas invadam a rua. Ao invadirem a rua, é certo que entram nos estabelecimentos. E quem tem um estabelecimento abaixo da cota da rua, porque sempre que fazem obras, fazem obras em cima da rua. Quando fiz o prédio tinha um degrau grande, hoje está à face da rua, tem sido sempre enchido. Portanto, eu acho que a Câmara, como pessoas de bem que nos representam, tem que fazer, tomar medidas para que isto não volte a acontecer, mas medidas urgentes que têm que ser já, porque não podemos estar à espera do São Pedro parar, de momento acontece o que aconteceu agora, ninguém esperava e aconteceu este desastre. Há pessoas que estão muito prejudicadas pelo que estou a saber aqui hoje e tive a preocupação de vir logo às primeiras horas da manhã, de Quarteira, vivo em Quarteira, e vi, de facto, muita tristeza, muito prejuízo, nesta terra. Eu acho que a Câmara tem que tomar medidas. Tem que tomar medidas porque isto vai acontecer a qualquer momento outra vez. Temos de tomar medidas, seja o que for e não podemos estar à espera de protocolos com empresas, não! A Câmara tem que actuar já, tem que actuar já e tomar medidas. Eu gostava de saber o que é que aconteceu aquele túnel que existia ali, que passa praticamente ao pé da minha casa, que vai na direcção do mar, ele estaria fechado? Por vezes no Verão fecham-no. Eu sei porque ouvi, o túnel parece que estava fechado, é mais uma desculpa. Quando foram feitas as obras, nós vimos as manilhas que lá puseram, eram manilhas muito diminutas, não davam acesso à água, os tubos, os colectores enchem, não têm possibilidade de levar mais água e rebentam e trazem o esgoto para cima, isto toda a gente sabe. Agora, o que eu acho é que, a Câmara como nosso representante, tem que tomar medidas urgentes. Obrigado. -----

Sr. Carlos Ventura - Senhor Presidente, dá-me trinta segundos, só? Posso? Trinta segundos. Se me permitem, eu tenho-vos a propor o seguinte, não tem nada a ver com esta situação. Aristides Sousa Mendes, ali na Praça das minhocas, sabem a actividade daquilo, ponham o nome de Aristides Sousa Mendes. -----

Firmino Martins - Sr. Presidente, fiquei sabendo hoje que a Câmara Municipal dá quase cem por cento do funcionamento da água ao concelho. Está errado! Se calhar até está muito próximo. Ora bem, sou natural da freguesia das Ferreiras e lá tenho a herança de meus pais. Há três anos e meio que requisitei água em nome do meu filho Amândio que vive da doação de um terreno que doe, a requisição da água foi feita em nome dele. Há três anos e meio que depusitei um cheque nas finanças lá da Câmara na importância de trezentos e vinte quatro euros. Há três anos e meio! Agora aqui venho informar o senhor Presidente que agora ao meu lado foi parar um capitalista. Vejam isso agora. Eu costumo falar em nome colectivo, já há sessenta anos que falo em nome colectivo, mas hoje vejo-me obrigado a falar em meu nome. Esse senhor sim, esse senhor tem direito a água, mas eu não, eu não tenho! Eu sou um escravo, eu sou um trabalhador não tenho direito a água. Tenho de tomar banho com água da chuva, quando tiver a chover eu dispo-me e tomo banho ali. Que infelicidade, deste povo, que

não sabe escolher os seus dirigentes, que não sabe escolher trabalhadores para dirigir a Câmara Municipal, e depois acontece isto. Os trabalhadores são repudiados pelos Presidentes, pela Câmara Municipal de Albufeira, só servem os senhores capitalistas, percebe? Informe o Senhor Presidente que lá para os meus lados vai viver um capitalista. Veja lá se põe lá água rapidamente. Obrigado. -----

Vice-Presidente - Sobre as inundações que ocorreram na passada segunda-feira, obviamente podia dizer aqui um sem número de casos que aconteceram, até nestes últimos dias. Por exemplo: em Coimbra, hoje aconteceu em Madrid e há dois ou três dias aconteceu no Porto e em Braga. Albufeira também não foge à regra e aconteceu desta vez, aconteceu cinco ou seis vezes, enfim, há razões, com certeza, e ao abrigo se fazem operações de socorro, com frequência, com maior frequência que aquela que é normalmente produzida. E eu dizia que há razões com certeza porque e esta razão segunda-feira obviamente que, não terá só a ver com uma simples razão, mas terá haver com uma razão pelo menos essa existiu, foi a questão da quantidade de chuva que caiu num curto espaço de tempo. Isso é indesmentível, aliás os números num site da Internet onde diz, onde fala da pluviosidade, embora o Instituto de Meteorologia na tenha esses dados, mas já há aí publicados na internet num site, onde fala precisamente do ritmo que teve a pluviosidade entre as duas e meia e as três horas, três e meia da noite. Mas isso não significa nada, aconteceu, agora temos que ver, temos que pensar que, depois do acontecimento ocorrido, apraz aqui a bem dizer e também referir que nós, a Câmara Municipal e parte dos Bombeiros Municipais de Albufeira, penso eu que demos uma resposta, deram uma resposta que de alguma forma tentou ajudar naqueles primeiros momentos até esta tarde, quer na limpeza, quer no transporte de materiais deteriorados, quer na disponibilidade de espaços municipais para armazenar esses mesmos materiais, quer na ajuda na deslocação de objectos pesados. Lembro-me o caso de uma senhora queria muito aflita mudar uma mesa de sítio, arranjei dois homens, portanto, e foram lá transportá-lo. Portanto, tudo isso não é solução do problema obviamente, é solução para aquele momento, agora, com certeza que algumas medidas vão ser tomadas. Aliás hoje à tarde e ontem estive em reunião na câmara com mais duas pessoas e o Vereador Gonçalves que acompanhou de muito perto esta situação, assim como eu que estive lá de manhã até às duas da tarde. Falei com quase todos, quase todos, alguns de vocês, a grande maioria, não é? Fui a muitos sítios. Coordenamos ali aquela parte da estrada, enfim, coordenamos o transporte, coordenamos o espaço, toda essa parte penso e aqui realço o trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários e pelo pessoal da Câmara porque merece, esses embora que alguém considere que nós não somos trabalhadores, esses são trabalhadores, não quero puxar para mim os galardões do trabalhador, esses são. E é isso que também interessa publicamente dizer isso, porque se nós pensarmos que as situações ocorrem nesse espaço de tempo, evidentemente que existe uma emoção muito forte olhando os prejuízos, olhando para o que está estragado, com certeza que ninguém se sentirá satisfeito e cada um teve que sofrer na pele aquilo que viu. Com certeza, que com a quantidade e com o cuidado uma vez maior de produtos estragados, mais triste, mais descontente, mais, enfim, mais nabo no fundo, permitam-me o termo. No entanto



queríamos dizer que ontem e hoje, enfim, por mim e com o Senhor Vereador Gonçalves tivemos a preparar a partir de amanhã, logo às nove e meia, às nove e meia tenho marcado uma reunião com a Associação ACOSAL, e ao meio dia tenho marcado uma reunião com a ACRAL. Precisamente para estabelecer com eles algumas medidas para vos informar que em termos de dirigentes de associação, das associações representativas de hoje dos comerciantes, embora não conseguimos reunir todos, alguns comerciantes, não estão aqui todos, obviamente, que representam os outros que não estão aqui. Algumas dessas informações que amanhã irei passar nessa reunião ou nessas reuniões, com certeza que são as mesmas que vou dizer agora, não será muita coisa nova, alguma coisa de novo haverá, no entanto a partir de amanhã às nove e meia vão ser contactados por quatro pessoas, provavelmente uma em cada um, tentando preencher um pequeno questionário por forma a que se apure nestes próximos dois dias, não direi mais que dois dias, até se for possível num dia só, mais fácil se torna. Tudo aquilo que foram os prejuízos em cada uma das habitações, cada um dos estabelecimentos comerciais ou dos parques de estacionamento que foram varejados pelas águas. Portanto é com essa avaliação que nós teremos, o mais tardar sexta-feira à tarde, sábado, domingo, segunda-feira, de apresentar um conjunto de medidas, para tentar minimizar, não se pode pensar, nem posso aqui neste momento dizer que se vai cobrir completamente todos os prejuízos que tiveram. Obviamente, não me compete a mim, neste momento estar-vos a dizer isso, posso estar aqui a prometer uma coisa que eventualmente não posso dar. Portanto, não é minha intenção, nem nunca foi, tudo aquilo que eu conseguir afirmar, aliás, isto está a ser gravado, podem ter a certeza que da minha parte irei fazer tudo para que isso aconteça. Não quero é dizer ontem uma coisa e amanhã outra, e tornar a dizer uma coisa completamente diferente ou então dizermos uma coisa e amanhã contradizer, isso não pode, isso não vou dizer, não vos vou dizer com certeza, que iremos cobrir em termos financeiros todos os prejuízos que eventualmente tenham tido. Vamos tentar é depois da avaliação feita, de uma forma rápida obviamente, já vos disse são dois dias no máximo para preencher este questionário. Peço pois a vossa compreensão e a vossa coragem para quem vos for contactar, respondam de uma forma sucinta e objectiva e clara e que não haja, evidentemente não haja aquele, aquela ilusão de dizer: "Olhe, temos aqui cinquenta mil contos ou quinhentos mil euros." Não! Não! Sejam conscientes naquilo que afirmam para aqueles que escrevem nos papéis porque nós temos que ser todos, e é aí a sensibilidade das pessoas umas com as outras, evidentemente uns perderam mais que outros, não haja dúvida nenhuma, com certeza que nada é igual, os estabelecimentos são todos completamente diferentes, são todos em zonas completamente diferentes, umas mais críticas que outras. Por falar em crítica, evidentemente que Albufeira e a baixa de Albufeira está numa zona extremamente crítica, com certeza que ela está construída, como disse alguém disse à bocado aqui, está construída numa linha de água, com certeza que está, sempre esteve, não é de agora, sempre esteve, há quantos anos. Portanto sempre houve cheias em Albufeira, não foram com esta dimensão. Evidentemente estava a falar à bocado com uma pessoa que há vinte e tal anos que não havia uma cheia com esta dimensão. Pois eu também estou cá há vinte e cinco anos,

vinte e seis anos e nunca vi, obviamente que com certeza não é muito provável, vejamos agora que há outras cheias mais pequenas que já ocorreu também há um ano para cá, dois ou três, salvo erro, quatro, não posso precisar. Por outro lado, nós temos que evidentemente, tentar evitar que aconteça, isto com a mesma dimensão que aconteceu agora. Não posso dizer que vamos tentar eliminar este problema, eliminar é quase impossível de dizer. Agora vamos tentar minimizar, como? Primeiro que tudo temos que pensar assim, com o nosso pessoal, por um lado vamos hoje à tarde fazer a limpeza das ruas, dos estabelecimentos, dos parques de estacionamento, todo aquele espaço. Vamos, já não digo hoje à tarde, fazer a limpeza de todas as condutas de água, águas pluviais claro, as grelhas de escoamento. Nesta fase, com certeza, há muita coisa que está tapada, a terra foi muita e as pedras foram muitas, as folhas das árvores que escorreram e que caíram nas grelhas. Já muitas foram limpas e vão ser nestes próximos dias, inclusivamente no fim-de-semana, temos que ter equipas na rua. O senhor Vereador Gonçalves vai coordenar essa situação, para que se minimize alguma coisa que possa acontecer nos próximos dias. Essa é a primeira coisa que nós devemos fazer. Porventura, poderá decorrer mais situações. Nós temos, como disse, Albufeira está numa bacia hidrográfica com inclinações muito grandes, com declives enormes, em que a água com a força da gravidade que é muito maior que noutras zonas planas, obviamente, se desloca muito rapidamente para o centro da cidade. As inundações não são criadas, com certeza, pela chuva que cai naquele local, são criadas essencialmente pela água que desagua de todas aquelas ruas, todos aqueles arruamentos desaguam. Obviamente que, a construção de estradas, a construção de ruas, a construção de casas, de há vinte, trinta anos para cá, tem feito com que haja menos zonas permeáveis, que haja mais zonas que não observem a água. Aí, tem que se criar uma rede de águas pluviais que incluam, imaginemos, uma teia de aranha, e esse estudo tem que ser feito pelos técnicos altamente responsáveis, técnicos que saibam exactamente aquilo que se está a fazer, com simulações de pluviosidade, com situações de inclinação, com levantamentos topográficos. A Universidade do Algarve está disponível, e já foram contactados através da Escola Superior de Tecnologia, para fazer o estudo da bacia hidrográfica do concelho de Albufeira. É claro que esta medida, não vai ser para amanhã e nem vai ser para daqui a dois meses, com certeza. O estudo vai ter que ser feito e as obras vão ter que ser feitas. Não se pense agora que estamos a falar que podemos mandar fazer ao longo do ano, temos que estar a fazer às vezes pequenas ligações entre duas condutas pequenas, se calhar, condutas de quarenta metros ou vinte e dois metros. Por outro lado, todos nós temos ouvido nos últimos anos, já alguém disse: "Há quatro anos que ouvimos isso." Responsabilizando um pouco as obras que a Sociedade Polis, o Programa Polis tem feito em Albufeira. Obviamente não consigo dizer, com toda a certeza, se existe grande responsabilidade, se existe alguma responsabilidade, nas obras que foram feitas pelo Polis, mas há uma coisa que é certa, nós temos que ter alguém de fora, alguma entidade exterior à Câmara ou exterior até à Sociedade Polis, alguma entidade neutra e com credibilidade nacional até, pode ser, até a Faculdade de Engenharia Civil. Faria um levantamento, um estudo de toda a situação da rede de saneamento, seja de saneamento seja de águas pluviais, águas

residuais também, para que se possa de uma vez por todas, inferir se realmente há ali discrepância entre aquilo que devia lá estar e aquilo que lá está, tendo em conta toda a pluviosidade, acrescentando o facto de quando existe maré alta, como estamos numa zona próxima do mar, obviamente que, haverá também alguns problemas relacionados com isso. Portanto, tudo isto deverá conferir se a responsabilidade é de várias entidades, pode evidentemente, chegar-se à conclusão que existe responsabilidade do Município, o Município não pode deitar para trás as responsabilidades que lhe competem. A Sociedade Polis através, do Governo Central, com certeza, também irá fazer, se se chegar a essa conclusão. Portanto, na próxima reunião de Câmara, espero fazer uma proposta nesse sentido, para que se possa realmente levar a efeitos. Por outro lado queria dizer que, relativamente, ao Senhor Carlos Ventura, sobre aquilo que aconteceu, a partir de amanhã, como já disse, podemos fazer uma avaliação do prejuízo até sexta-feira. Provavelmente segunda-feira, vamos então definir aquilo que poderemos, estamos em condições de podermos realmente proporcionar ou promover, a ajuda a dar a todos os lesados, sem excepção. Não há só comerciantes, há também residentes, há estabelecimentos, há habitações, há também pessoas que tinham os carros no parque de estacionamento, obviamente, que não são residentes e não são comerciantes, temos de pensar em todo o leque de pessoas que foram prejudicadas, no entanto, devemos aguardar por estes dias, não podemos estar aqui a dizer que cada um teve o prejuízo, para depois, imediatamente resolver o problema, proceder com alguma urgência. Não podemos retardar toda esta situação que ocorreu. Penso que, de uma forma geral e em termos daquilo que foram todas as várias intervenções, entendo perfeitamente o que aqui foi dito, e espero que segunda ou terça-feira, comecem a ter o seu sentido prático, conclusões, é isso que nós pretendemos. Espero que tenha respondido a todos elas de uma forma genérica, não individualizando, obviamente. As intervenções foram muito semelhantes e o problema de um é semelhante ao problema de outro, a dimensão é que é diferente, com certeza, cada um tem a sua dimensão, cada um também tem um espaço comercial ou estabelecimento comercial em zonas diferentes, uns têm carro outros não têm carro, evidentemente que nem todos são iguais nesse aspecto. O Sr. Carlos Ventura apresentou aqui os seus problemas mas, esses são problemas já muito antigos, já foram apresentados em várias Assembleias Municipais. O Sr. Carlos apresentou agora aqui com uma outra questão que nunca tinha apresentado, o acesso de deficientes ao primeiro andar da Câmara Municipal. Pode ser feito. Há cinco ou seis anos atrás, não podia ser feito esse acesso ao rés-do-chão, porque não havia, parece caricato mas é verdade. No edifício da Câmara Municipal era mais fácil um deficiente ir ao primeiro, segundo ou terceiro andar, do que ir ao rés-do-chão. O rés-do-chão, se bem se recordam, tinha dois lances de escadas, um para a esquerda outro para a direita. Neste momento, há um dos sítios que é aquele onde vai mais gente, a zona do atendimento, do pagamento da água, tem uma rampa, que eu próprio fui o mentor, e na altura, até fui criticado por um órgão da comunicação social, que aquela rampa estaria ali só para servir um deficiente, o não sei quantos. É sempre assim, não vamos medir a quantidade de deficientes que passa num determinado meio de locomoção, não é pela quantidade, mas sim da qualidade, se passar um, já serviu para alguma coisa. No

primeiro andar, segundo e terceiro, temos o elevador, obviamente, uma máquina que existe em causa de todos os municípios, é um meio que quase todos os prédios desse tipo têm. O Sr. Cândido Reigado diz que existe quarenta casas, um aldeamento, sem saneamento. Vou transmitir esta ideia ao Senhor Vereador Carlos Quintino que tem a responsabilidade do saneamento. Já agora, para responder à questão da água, estamos no mesmo ponto. Salvo erro, o Sr. Firmino Martins afirmou que não é verdade, que exista quase cem por cento de fornecimento de água, quase cem por cento acho que não dá vinte, não sei quem é que disse isso, mas existe noventa e tal por cento. Vou também transmitir isso ao Sr. Vereador. Fazendo azo ao que disse aqui, que há três anos e meio depositou trezentos e tal euros na Câmara, mas solicitou que era para pagar a ligação ao ramal de água. Vou transmitir ao Sr. Vereador, para tomar medidas e para falar consigo e com o Senhor Cândido Reigado. O Senhor Alexandre Freitas falou de qual era a relação da Sociedade Polis com a Câmara. A Sociedade Polis, como sabe, está em vias de terminar, melhor dizendo extingue-se, pois, quem deve ficar com a responsabilidade terá de ser a Câmara Municipal, não sei qual será a relação pós a liquidação. Sr. Carlos Afonso, já agora permita-me, na segunda-feira de manhã tive lá, numa situação na sua casa, já agora aqui digo que, umas grelhas junto ao nível da rua, penso que dão para a casa. Aquelas grelhas ali são, obviamente, uma porta de entrada para a água, não sei se dão para a casa as que estão junto ao pavimento. Uma situação óbvia, algo estranha, não sei se aquilo tem ligação para a vossa casa. Não sei se é por aí que a água entra, mas aí tem que entrar, independentemente de haver cheias, quando chove o caminho entrelaça-se. Temos de ver essa situação. Senhor António Cera, do Vale da Azinheira, sobre a questão do saneamento, é a mesma coisa, a mesma situação, numa curva que não está bem dimensionada ou então qualquer problema de saneamento que de vez em quando entope completamente, já tem acontecido. O Sr. Engenheiro Gracias Fernandes tomou conta destas situações para se responder a tudo. O Senhor Reigado disse que aqui no Algarve não fazem nada, parece que foi o que ouvi, desculpe-me, não sei se foi? Mas acho que, enfim, nós vamos fazendo alguma coisa, pode não ser tudo aquilo que alguém esperava. Agora, o Sr. Martinho Sancho, as questões de limpeza são do Sr. Vereador António Gonçalves que é o responsável por essa área, penso que já tomou nota nota da ocorrência e que fará, com certeza, que isso seja tutelado. Quanto àquelas carradas de terras que falou à bocado, eu gostava de ter a localização exacta do sítio. Fica aqui a sugestão do senhor Carlos Ventura de chamar à Rotunda das Minhocas, Aristides Sousa Pereira. -----

Senhor Carlos Ventura - Aristides Sousa Mendes. -----

Vice-Presidente - Sim, sim. Penso que, de uma forma mais ou menos transversal, tentei responder aquilo que foi aqui apresentado. -----

Luís Alexandre - ACOSAL - Senhor Vice-Presidente, senhor Presidente da Assembleia Municipal. O senhor Presidente dá-me licença que fale dois minutos? Obrigado. Depois de o ouvir há bocado, gostaria de lhe voltar a fazer uma pergunta ou duas e fazer uma pequena consideração. Estive a ouvir com atenção, a Câmara Municipal está disposta, digamos, a fazer um levantamento das necessidades das pessoas, dos problemas que ocorreram. O senhor Vice-presidente não se compromete com uma atitude, digamos,



definitiva da Câmara mas pode, pelo menos, dizer que não vai compensar tudo, mas vai compensar alguma coisa. -----

Vice-Presidente - Com certeza. -----

Luís Alexandre - ACOSAL - Compensar alguma coisa, compensar alguma coisa, as pessoas podem levar daqui a ideia que, efectivamente, vão receber algum apoio camarário relativamente às perdas. -----

Vice-Presidente - Vão receber algum apoio camarário. Agora, a forma não está bem definida, mas vão receber algum apoio camarário. -----

Luís Alexandre - ACOSAL - Estamos conversados. A segunda pergunta, é que eu ouvi com atenção, já ouvi com atenção várias intervenções do senhor Presidente da Câmara, já ouvi com atenção uma intervenção do Sr. Vereador Carlos Quintino em ocasiões de cheias e em ocasiões de problemas, digamos assim, na baixa com inundações e com problemas na praia. Ouvi falar de um famoso pedido de estudo encomendado ao LNEC. Isto já foi falado há mais de um ano, curiosamente o Sr. Carlos Quintino proferiu, há bem poucos meses que, afinal, esse estudo só tinha sido pedido há um mês atrás, havia uma discrepância de quase oito a nove meses nessas duas intervenções. Ouvi com atenção, em momento nenhum falou que havia um estudo do LNEC, que se diz nunca ter sido encomendado pela Câmara Municipal. Afinal, há ou não há estudo do LNEC? É evidente que eu reconheço a autoridade científica para no LNEC para, efectivamente, vir a Albufeira e analisar, para se fazer um estudo não se faz em Lisboa, faz-se de certeza no terreno, portanto tiveram de cá vir. Se vocês o encomendaram, eles tiveram que o fazer. Há afinal este estudo ou não há? O Sr. Vice-presidente está-me a dizer que a Universidade do Algarve vai intervir no terreno para, finalmente, fazer o estudo da bacia hidrográfica em Albufeira. -----

Vice-presidente - São coisas diferentes. -----

Luís Alexandre - ACOSAL - Exactamente! São coisas diferentes. Evidentemente, o estudo do LNEC, com certeza absoluta que passa por aí também. Pronto, isto são perguntas que eu tenho que fazer, mas já agora também fazia uma pequena, uma pequena observação. É que eu penso que para além, uma vez que a Câmara Municipal não se pode chegar à frente para cobrir na totalidade dos prejuízos das pessoas, devia pelo menos, por proposta nossa, e amanhã quando reunirmos com o senhor vice-presidente iremos fazê-la com certeza, é que deviam haver outras medidas compensatórias aos comerciantes, nomeadamente, uma isenção de um ou dois anos de taxas camarárias que afinal de contas até subiram mal acabaram as obras polis, não é? Eu penso, mais uma fonte de despesa nossa para as nossas vidas e é evidente, que também estou preocupado com os critérios que a Câmara possa vir a definir relativamente à atribuição dessas compensações, não é? Não se faça o critério, digamos assim, de mandar vir IRS's, quer dizer, não se seja tão rigoroso para, efectivamente, dar a conhecer às pessoas, não em função do prejuízo real que tiveram, mas em função do IRS, não é? Nós sabemos que o Estado age assim. Ora a Câmara Municipal é, efectivamente, um órgão de Estado, portanto, se usarmos estes mesmos critérios apertados vamos, se calhar, ter as pessoas a receber cinquenta contos, trinta contos, não é? O que seria absolutamente ridículo perante a dimensão dos problemas.

Portanto, eu gostava que a Câmara Municipal, estou a falar das pessoas que tivessem, efectivamente, esta preocupação, de ter um critério mais alargado e mais realista, digamos assim, indo de encontro às necessidades de cada caso. Há casos e casos, não é? Há diferentes dimensões de casos. Eu gostaria de ouvir o Sr. Presidente sobre estas duas questões, já agora, se não se importa. -----

Vice-Presidente - Para responder rapidamente. Sobre a outra parte, com certeza as modalidades pensadas e equacionadas, temos algumas, várias até, algumas delas até devemos, no mínimo passará por esta situação que falou à bocado, a isenção de algumas taxas municipais à semelhança daquilo que foi feito quando o decurso das obras do Polis, mas há outras que amanhã, em princípio já vão tomar conhecimento dessa situação. Posteriormente quando, após as análises que estão a ser feitas dos prejuízos, iremos com certeza, apresentar um pacote de medidas e então um pacote global de medidas concretas com critérios. Embora os critérios sejam sempre discutíveis, mas vamos tentar que o critério seja o mais justo possível. Relativamente ao estudo do LNEC, que eu saiba não existe estudo nenhum, por isso é que não falei dele. Para além disso, o LNEC e a Universidade do Algarve, são entidades completamente diferentes, e aquilo que eu falei à bocado também são trabalhos completamente diferentes. Quanto ao LNEC, iria fazer ou irá fazer um trabalho sobre aquilo que está feito no subsolo, em termos de obra, em termos de empreitada e a Universidade do Algarve irá fazer um trabalho sobre o estudo da bacia hidrográfico de Albufeira. Tentar verificar o impacto que tem uma determinada quantidade milimétrica em determinadas zonas, em zonas a montante da baixa de Albufeira. -----

Luís Alexandre – ACOSAL - Temos de concluir que o Sr. Presidente da Câmara mentiu à cidade ao dizer que tinha mandado fazer um estudo ao LNEC? -----

Vice-Presidente - Não! Houve procedimentos preparatórios, penso eu, embora não consegui falar com ele. Mas vamos ver como isso está e caso não tenha sido ainda iniciado o procedimento, com certeza que vamos iniciá-lo na próxima semana. -----

Luís Alexandre – ACOSAL - Obrigado. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia dá por encerrado o Período do Público e passa ao Período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

Presidente da Assembleia - Eu não intervi no período do público, não era particularmente simpático intervir nessa parte. Eu neste período antes da ordem do dia, tenha aqui uma proposta de recomendação a apresentar, que tem a ver, precisamente, com esta questão das cheias. Eu agradecia silêncio na sala. E então, vou ler e a Assembleia depois decidirá se vai ou não ser deliberado. (doc. ) -----

## Assembleia Municipal de Albufeira

24.IX.2008

Proposta de Resolução

Em relação às recentes cheias que afectaram a baixa de Albufeira, com graves danos em bens, cuja extensão ainda não é possível determinar, há que ser apurado, designadamente, o seguinte:

Em primeiro lugar, esta Assembleia Municipal, pretende saber se o problema da baixa de Albufeira se deveu, ou deve e em que medida, às **recentes obras Pólis**, com levantamento exaustivo, a existirem, dos erros de projecto e também não menos importante, dos erros de execução de obra.

Ao mesmo tempo, pretende esta assembleia saber, **quais as medidas**, para além da correcção dos erros, a existirem, que possam vir a ser implementadas, designadamente que toda a água que vai das zonas altas para o centro de Albufeira, deste possam ser desviadas, se tal vier a ser considerado, uma solução técnica viável e eficaz.

Estas medidas, destinam – se a podermos ficar dotados das soluções técnicas que possam prevenir que não aconteçam novas inundações, se este problema tiver de facto e objectivamente, uma solução técnica.

Nesse sentido, deverá tal tarefa ser cometida a ~~uma~~ entidades independentes e de reconhecido valor nacional e internacional, o **Laboratório Nacional de Engenharia Civil** e *Universidade do Algarve*.

**Assembleia Municipal de Albufeira****24.IX.2008**

Em segundo lugar, há que ver da situação das pessoas que sofreram os danos.

O dano, para ser susceptível de indemnização ao lesado, em princípio deve resultar de uma violação ilícita dos seus direitos, cabendo ao lesado a incumbência da prova da culpa do autor da lesão.

Entende esta assembleia municipal que a existirem responsabilidades, sejam elas da sociedade Pólis, sejam elas do Município, do Governo, ou sejam elas de quem forem, as mesmas devem ser assumidas e efectuada a reparação dos danos.

Sendo muito difícil o provar questões de natureza técnica com esta dimensão, por particulares, deverão os relatórios pedidos aos Laboratório Nacional de engenharia Civil, ser publicados, designadamente em jornais locais, para que cada cidadão deste concelho os possa fazer seus.

Esta questão, pela sua própria dimensão e não obstante a lesão de interesses particulares, é do maior interesse público.

Nesta conformidade, propõe –se que esta Assembleia Municipal delibere recomendar à Ex.ma Câmara Municipal que, com carácter de urgência,

- a) Solicite os devidos pareceres e/ ou relatórios ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e Universidade de Algarve.
- b) Torne públicos os seus resultados.

  
Carlos Silva e Sousa



Eu coloco esta proposta à votação para ser admitida e discutida daqui a bocado. Quem vota contra a admissão... -----

Francisco Calhau - Senhor Presidente, não posso fazer parte desta votação. -----

Presidente da Assembleia - Porquê? -----

Francisco Calhau - Porque faço parte da Universidade do Algarve. -----

Presidente da Assembleia - Então, se faz favor, pode sair. -----

Francisco Oliveira - Senhor Presidente eu gostaria de apresentar uma moção. -----

Presidente da Assembleia - Se quiser, eu ia pôr esta agora à admissão mas, se quiser já intervir? Por mim, tudo bem. -----

Francisco Oliveira - Gostaria, porque os termos são os mesmos. -----

Presidente da Assembleia - São os mesmos? -----

Francisco Oliveira - São. -----

Presidente da Assembleia - Então, faça favor. -----

Francisco Oliveira - Alguns considerandos antes de fazer a apresentação, se me permite. Gostaria antes de mais de me dirigir ao senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente em exercício e de vos congratular pelo facto de algumas das medidas pelo menos aqui referidas pelo senhor presidente em exercício, serem já uma proposta da Câmara Municipal para que fosse agendada na próxima reunião do executivo, portando congratulamo-nos com esta situação. Antes de mais e não querendo fugir destas questões, gostaria de referir que parece que o grupo económico que está em causa, aquele que sofreu maiores prejuízos, tem tido realmente uma série de problemas. Antes disso foram a criação as grandes superfícies... -----

Presidente da Assembleia - Dr. Francisco, vamos lá ver. Interrompi a votação para que pudesse apresentar a proposta, não vamos começar já a discuti-la antes de estar apresentada. Se faz favor, limite-se a isso. -----

Francisco Oliveira - Isto são considerandos. Vou ler a moção. (doc. ) -----



Partido  
**Socialista**

### MOÇÃO

Para o PS Albufeira, independentemente da responsabilização do executivo da autarquia pela falta de medidas eficazes na resolução dos problemas relacionados com as cheias, é mais importante encontrar urgentemente soluções para um problema que tem vindo a agravar-se de ano para ano, com prejuízos na ordem dos muitos milhares de euros, sobretudo em habitações e comércio localizados no centro histórico da cidade.

De acordo com declarações de populares e de inúmeras notícias publicadas sobre a catástrofe registada no dia 21 em Albufeira, os problemas devem-se às obras do Programa Polis, pois reduziram as condições de escoamento das águas pluviais nesta zona da cidade.

Importa referir que a Câmara Municipal é o principal parceiro deste projecto e o representante da população na defesa das melhores soluções, pelo que a fiscalização e o acompanhamento das obras são da sua responsabilidade, sendo que, e de acordo com muitos testemunhos locais, a participação da população raramente, ou nunca, é solicitada.

O PS Albufeira não pode deixar de chamar a atenção para a política de desenvolvimento levada a cabo por este executivo, a qual privilegia a ocupação do solo urbano e consequente impermeabilização.

A situação registada no dia 21 deste mês e os vários problemas ocorridos nos últimos meses, nomeadamente durante o período de Verão, nas praias do Concelho, demonstram a fragilidade dos equipamentos e a falta de planeamento existentes no Concelho. Em Albufeira pensa-se no imediato e esquece-se o futuro. Prova evidente e incontestável deste facto é que Albufeira está a perder a sustentabilidade conseguida ao longo dos últimos 20 anos, pondo em causa a qualidade de vida da população e a imagem do Concelho.

Refira-se ainda a estranha inexistência de informação sobre o estudo elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, com vista a encontrar uma intervenção técnica adequada para o problema. O PS exige por isso que o executivo apresente publicamente o referido documento e aponte a melhor solução encontrada pelos peritos.

Perante estes factos, sem nos alongarmos em discussões sobre a quem imputar responsabilidades, mas cientes que cabe à autarquia, em primeira linha, agir, os membros da Assembleia eleitos pelo partido Socialista propõem:

- 1) A realização de uma auditoria técnica pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil para verificação das soluções do Programa Polis;
- 2) A realização imediata de uma acção preventiva de limpeza da rede pluvial da cidade de Albufeira;
- 3) A realização de um inventário com a identificação dos lesados por esta intempérie;
- 4) A criação de um Fundo Municipal para responder a situações de emergência;
- 5) A divulgação dos resultados da auditoria e promoção de iniciativas que envolvam a população e associações, para resolução definitiva destes problemas.

**PS Albufeira**

Albufeira, 24 de Setembro de 2008.

Handwritten signatures of the PS Albufeira assembly members, including the President and several council members.

Presidente da Assembleia - Temos aqui duas propostas de moção, recomendação, uma que é minha. Meus senhores, e agradeço silêncio na sala, quem quiser falar tem aí fora muito espaço, mas não perturbe. Vou colocar a votação a admissão desta proposta, a primeira assinada por mim próprio e que é, para ser discutida e votada. -----

**VOTAÇÃO:** ADMISSÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----  
 Ausências: uma (01) Francisco Calhau -----  
**Foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

Presidente da Assembleia - Proposta do Partido Socialista também para ser admitida e votada. -----

**VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA MOÇÃO DO PS** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Francisco Calhau -----

**Foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

Presidente da Assembleia - Eu vou fazer aqui uma intervenção, uma vez que fui o primeiro a apresentar proposta e pôr aqui a questão de uma forma muito simples. A questão reside, em relação a esta proposta, fundamentalmente em alguns pontos que podemos objectivá-los da melhor forma possível. Isto sem prejuízo de medidas que devam ser tomadas de forma urgente, celeridade por parte da Câmara, colaboração com as pessoas, auxílios às vítimas, de algumas medidas avulsas que se afigurem correctas à Câmara Municipal, e aos serviços técnicos de se efectuar com alguma urgência. Eu devo abordar algumas questões que são essenciais. Falou-se aqui de compensação de danos e os danos que assumem por regra a natureza privada. Os dinheiros públicos não podem ser dados às pessoas privadas porque isso seria absolutamente ilegal, excepto se isso resultar de uma acção ou de uma omissão da Câmara Municipal, da Sociedade Polis, do Governo, não interessa, tem de haver um comportamento e um nexo de causalidade entre esse comportamento e o dano. Se não for assim, andamos todos a falar em brincadeiras e ninguém está aqui a dizer a verdade. Esta é que é a verdade! Ninguém pode ser indemnizado apenas por ter um dano e por esse facto, sem a justificação desse dano provir de um facto ilícito. No caso de entidades públicas e o mesmo se passa com entidades privadas, ninguém pode exigir a reparação de um dano a quem não tenha cometido o acto ilícito e que seja causal desse dano. Portanto, não estou a ver que seja lícito dar dinheiro público para



ressarcimento de danos privados, se esses danos não provierem de actos dessa entidade pública ou dessa entidade privada. As sociedades privadas e públicas estão sujeitas também pelos seus actos à reparação de danos, mas tem que haver esse nexo de causalidade. E a questão que se põe, a questão que aqui se levanta, a questão que tal como aqui a ouço colocada, tem tido sempre uma vertente de carácter subjectivo, que é apontar um culpado, mas sem rigor nos factos e sem provar sequer, dos mesmos para que possa haver factos correctos e essa prova, só com uma entidade, só com uma prova pericial. Essa prova pericial, só pode ser produzida por uma entidade credível em termos técnicos e que demonstre inequivocamente que houveram erros ou de concepção ou erros do de projecto e que isso determinou que tivesse havido estas cheias; que se não tivesse havido esses erros de projecto ou de execução, este resultado não teria acontecido. Esta é a única forma que poderá conceder às pessoas, a possibilidade de poderem vir a reclamar os seus danos. Agora, para além disso não posso fazer mais, não consta de nenhuma proposta. Cada um deverá tomar conta dos seus próprios direitos e que é naturalmente, salvaguardado no mínimo, a prova dos danos existentes. Tendo isto leva algum tempo e daqui a algum tempo a pessoa pode vir a reclamar muitos danos e ter muitos danos, mas se não tiver a prova dos mesmos, meus senhores “batatas”. Aí não há a possibilidade de os ressarcir. Portanto, isto é uma recomendação à população. Aqueles que se sentem lesados, devem-se salvaguardar, salvaguardando as provas desses danos. Eu entendo, de forma muito clara que, se houver responsabilidades do Município, o Município deve assumi-las. Se forem da Sociedade Polis, a Sociedade Polis deve assumi-las, isso não obstante a previsível extinção da Sociedade pois, as responsabilidades devem transferir-se para os accionistas, neste caso para o Município e o Governo. Portanto, é o que se irá, provavelmente passar. O segundo lado importante é que, as pessoas tenham acesso a esses relatórios técnicos, dando-lhes publicidade, publicidade de forma fácil e que possa ser apreendida. Portanto, acho que o Município se tiver responsabilidades deve assumi-las; e a haver direito ao ressarcimento de danos, eles devem ser ressarcidos. Este é o meu pensamento e é o que eu penso clara e vigorosamente sobre isto. A outra questão é saber se para além de eventuais erros que existam de projecto, de eventuais erros de execução, se deveria também ser pedido a uma entidade, de facto com peso científico, soluções possíveis. É inevitável ou evitável? Existe inevitabilidade relativa sempre que haja uma chuva que coincida com as marés cheias e vamos ter sempre cheias no centro de Albufeira? Eu não sei, mas há-de haver quem o saiba dizer cientificamente. Eu verifiquei como foi de facto, a água que se precipitava das ruas circundantes, das ruas mais altas em Albufeira, tudo a correr para baixo; realmente não é preciso ter conhecimentos científicos para ver isso. E poderá haver alguma solução técnica que impeça que essas águas vão todas para o centro de Albufeira, que é, digamos, o centro de recepção de todas as águas que caem nas estradas e ruas que circundam o centro e baixa de Albufeira, a poente, a norte e a nascente. Só a sul é que está o mar, que é a barreira. E é isso que eu sugiro: que seja solicitado, ao mesmo tempo que um relatório, em relação à obra executada, em relação a eventuais erros do Polis, e outro relatório, em termos científicos, com as possibilidades de soluções para

que as cheias possam ser evitadas. Esta é a defesa da minha proposta. Assim termino. O Senhor Dr. Oliveira tem a palavra. -----

Francisco Oliveira - Senhor Presidente, a nossa proposta é no sentido de serem tomadas medidas, não só relativamente àquilo que aconteceu, e que se verificou, fundamental, costuma-se dizer: "Casa roubada trancas à porta." Mas, mais do que isso, é tomar as medidas necessárias para que situações destas não se voltem a verificar. É nesse sentido que eu gostaria de ler, se o Senhor me permitir, uma declaração do partido socialista levantada em dois mil e seis. Em doze de Dezembro de dois mil e seis, foi feito um requerimento à Mesa da Assembleia Municipal, dirigido ao excelentíssimo senhor Presidente: *"Tendo sido alvo de muita polémica na cidade, as obras que a Sociedade Polis de Albufeira tem vindo a realizar na zona baixa da cidade, nomeadamente no referente ao redimensionamento da rede de esgotos pluviais. Polémica esta, a que não é estranho o facto de se terem já verificado algumas inundações na zona baixa da cidade. E, partindo do princípio que os projectos para as referidas obras, foram elaborados por técnicos credenciados e responsáveis. do mesmo modo que tomamos por certo que os mesmos foram devidamente avaliados pelos serviços municipais e as obras têm vindo a ser executadas conforme projectos elaborados e criteriosamente fiscalizadas pelos serviços municipais. Assim como, tomando por boa a informação que tem vindo a ser prestada pela Sociedade polis de Albufeira que justifica as recentes inundações pelo facto das obras não estarem concluídas a jusante. Não obstante, e sendo certo certo que à cidade de Albufeira nada interessa esta polémica, para nosso total esclarecimento e no âmbito das funções de que esta Assembleia está incumbida, solicito a V. Exa. que seja requerido à Câmara Municipal, para consulta dos Membros da Assembleia, os documentos referentes ao estudo de avaliação dos caudais pluviométricos previstos para a bacia hidrográfica que afecta a zona da baixa da cidade. Mais solicitamos que seja disponível o parecer emitido pelos serviços municipais para os projectos da rede de esgotos pluviais cujas obras têm vindo a ser executadas pela Sociedade Polis de Albufeira na baixa da cidade. Doze de Dezembro 2006."* Nessa altura pedia-se já, que fossem avaliados quais seriam os caudais, quais seriam os problemas levantados por estas construções, execuções da extrema importância, tendo em consideração as reclamações que iam chegando à Câmara Municipal por parte dos comerciantes e habitantes da zona baixa de Albufeira. A ideia, de facto, é que lá em baixo nada se fez até agora, os projectos não estão em condições. Será que o estudo do LNEC existe, o estudo do LNEC que efectivamente a Sociedade Polis tem? Caso exista, que seja publicado e que se dê solução a esta situação, porque como se disse, neste momento o que acontece é que estamos com o Inverno à porta, e a situação dos comerciantes e residentes de Albufeira poderá agravar-se de dentro em pouco com a vinda de mais chuvas. É natural que tudo isto afectará não só os comerciantes mas e também os habitantes da baixa, e todos nós em Albufeira. Não é bom vermos Albufeira nos telejornais, pelas piores razões. Gostaríamos todos nós albufeirenses de vê-la pelas melhores razões, com situações que engrandessem o Município de Albufeira. -----

Ricardo Clemente - Eu queria dizer o seguinte, de facto, a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal só vem reforçar as preocupações dos comerciantes. Ou seja, tem de se avaliar e saber se, de facto, existem responsabilidades. Pergunto e gostaria que me respondesse, aquando da assinatura do protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Sociedade Polis sobre as obras na baixa de Albufeira, foi transferida uma verba para a Sociedade Polis poder ser chamada. Qual foi o montante transferido? Há dois anos, o trabalho apresentado, não apresentou as melhores soluções? As excelentíssimas chamadas de atenção, não foram suficientes? Qual foi o custo de representação da AMAL? Que custo representará uma nova actuação nas infra-estruturas? Ou seja, já apresentou o leque de acções que deveriam ter tido em conta em toda a avaliação. Isto não é uma questão nova, de há dois anos para cá, viemos a assistir a inundações constantes, umas mais outras menos, o que é facto é que, o trabalho deveria ter sido feito na altura certa, não foi e se calhar devia ter sido, porque se trata de uma zona de risco, foi uma zona de risco sempre. E se aquela obra existia era para colmatar algumas situações, é um facto. E qual o custo que representa? Representa, se calhar, o custo a triplicar, porque há prejuízos, há danos, há reparações que precisam ser feitas. E de quem é a responsabilidade? É da Sociedade Polis ou é da Câmara Municipal de Albufeira? Sendo uma obra da responsabilidade da Câmara Municipal de Albufeira? Gostava de ter uma resposta. ----

Fernando Neves - É difícil, esta conversa que estamos a ter, na medida em que existe uma série de problemas, e no meu entender fico com a ideia que este problema vai-se arrastar. Oxalá que o problema se resolva. Em relação às propostas, quer do PS, quer do Sr. Presidente, naturalmente que irei votar a favor. O problema destas inundações não tem nada a ver com os esgotos, nunca houveram em cinquenta anos, com os antigos esgotos. Albufeira está situada numa zona de risco. Houve o rebaixamento da cota da Praça dos Pescadores para a praia, essa questão também foi levantada. Havia lá em baixo um caneiro que foi feito com de lua cheia, que se abria e fechava por um tipo de roldana, uma comporta, que teve lá muitos anos, depois desapareceu e ficou o caneiro, agora já nem existe, daí as inundações. Isto está a ser muito complicado e oxalá que não aconteça o que tem acontecido. Eu tenho muitas dúvidas que não vá acontecer. O que é que vai acontecer? Vai agora acontecer uma série de burocracias, enquanto o mal está lá. E há outro problema, águas e esgotos está tudo interligado, e daí quando se fala que sai esgotos. Os comerciantes têm toda a razão, eles com certeza, sabem os prejuízos que tiveram e consta que já há comerciantes que vão despedir empregados, com o prejuízo enorme que tiveram. Foram feitas sugestões pelos moradores daquela zona e daquilo que li das respostas das conclusões que o Polis tirou, ninguém tinha razão, só eles, o Polis. -----

Ricardo Clemente - O tratamento que foi dado pela Câmara Municipal a esta questão, não foi o melhor. Não ouviu as várias reclamações por parte dos munícipes, quer por parte do PS, quer por parte dos comerciantes, quer por parte do Conselho Fiscal. O Sr. Presidente veio dizer que, de facto, existe um estudo por parte do LNEC. Acho que existia a responsabilidade por parte da Câmara Municipal de, não só procurar resolver os problemas, como indemnizar as pessoas que foram prejudicadas. -----

Presidente da Assembleia – É preciso alguma cautela no que se diz, alguma prudência. Eu sou o primeiro a achar que, a haver responsabilidades do Município, que os danos devem ser ressarcidos pelo Município. Agora, não se pode dizer de ânimo leve que vamos ressarcir os danos; os danos só podem ser ressarcidos pelo Município, se o Município tiver tido comprovada responsabilidade na causa dos mesmos. Primeiro temos que saber, objectivamente, se o Município tem ou não responsabilidades, ou a Sociedade Polis ou o Governo. O senhor, desculpe lá, mas está aqui a atirar achas e parece que não sabe o funcionamento e composição da Sociedade Polis. Parece que não sabe. Há uma sociedade que foi constituída, entre o Município de Albufeira e o Governo, sendo ambos accionistas da mesma. O Município de Albufeira está representado nesta sociedade pela Câmara Municipal. Estas duas entidades, Município e Governo constituíram uma terceira entidade que é a sociedade Polis e, por seu turno a sua administração executiva foi conferida a uma sociedade que é a sociedade do Parque Expo, tendo o Município e o Governo, uma intervenção, apenas, em assembleia de accionistas. E aquela sociedade é que ficou com a capacidade executiva, de mandar fazer projectos, de elaborar projectos, de os executar. Aquilo que nós tivemos em Assembleia Municipal, aquilo que nós conseguimos de algumas vezes, foi digamos que uma gentileza, entre aspas, para nos virem mostrar e explicar o projecto e ouvirem algumas opiniões. Porque a verdade, é que foi isto que se passou, e por algum motivo foi concebido todo este esquema na altura. Por acaso ou não, eu até estive contra, por vários motivos e porque entendi que este esquema, tal como estava idealizado era a emissão de um atestado de incompetência às autarquias, retirando-lhe, precisamente, a competência na matéria de requalificação urbana, quer no projecto, quer na execução de obra. Tudo concebido pelo Partido Socialista, quer no governo, quer então no Município de Albufeira. E agora, certamente por graça, querem dizer aos responsáveis da autarquia, aos técnicos da autarquia, que todos eles são uns incapazes, mas esquecem - se que foram eles próprios que classificaram de incompetentes os técnicos da autarquia e a eles próprios quando conceberam este esquema. Se tivessem na altura tido outro entendimento, de que os técnicos e os políticos municipais eram capazes de lavar a cara a Albufeira e efectuarem a requalificação urbana, que se pretendia, então tinha mandado o dinheirinho para as Câmaras Municipais e as Câmaras Municipais é que tinham gerido esse dinheirinho e teriam sido os seus técnicos tinham executado os projectos, ou encomendado os mesmos para deliberação municipal, o mesmo se dizendo quanto à execução em obra dos mesmos. Ora esta concepção que era a minha, não foi a do Partido Socialista. Portanto, a memória é sempre boa conselheira e eu penso que, com algum rigor, é só isso que eu digo, e é isso que eu defendo aqui na minha proposta, é dizer com verdade que se houver responsabilidades do Município sim senhor, devem ser ressarcidos pelo Município, mas isso não deve ser conversa apenas, e digo, isto sem qualquer problema. Eu acho o que deve ser; quem causar danos a terceiros também os deve indemnizar. Isto é mera justiça, não é nada de mais nem há aqui nada de novo. Agora, com mera conversa, eu reconheço que há uma impossibilidade muito séria das pessoas poderem vir a ter um parecer técnico, objectivo das causas. Para um particular que tem uma loja, é muito difícil que essa pessoa consiga estabelecer que



durante dois mil e oito, no mês de Setembro houve umas chuvadas e por uma acção ou omissão de outrem, seja da sociedade Polis, seja do Município, houveram cheias causadoras de danos. Onde é que está, objectivamente, o nexó de causalidade? Isso deve ser uma entidade científica, de qualidade insuspeita, a determinar. Ela pode dizer isto, eu não, ou melhor, eu posso dizer, mas não provo e de nada vale. Para que tal possa vir a ser aceite por uma entidade, seja o Município, o Governo, ou um Tribunal tal tem de ser alegado e provado uma pessoa de reconhecida capacidade científica. Porque é que o LNEC é insuspeito? O LNEC é daquelas realidades nacionais, que tem uma reputação nacional científica indiscutível e portanto essa parte é uma das partes da resolução do problema. A outra parte é, portanto, as pessoas saberem que não basta invocar os danos, é preciso prová-los. Ora, se vier a ser demonstrada a existência de responsáveis as pessoas devem agora salvaguardar-se no que podem e que é conservarem as provas dos seus danos próprios. Guardem as vossas provas porque senão chega à hora e toda esta conversa vale "batatas", não vale nada. Se não provarem os danos, se não os tiverem guardado em termos de prova, não lhes poderão ser pagos, porque estamos a falar de dinheiro público. Isto é muito simples, ou parece. Tem as suas regras, e por experiência o caminho será cheio de obstáculos, quer de carácter técnico, quer legais. Ouve - se com frequência que foi por causa das Obras do Polis mas isso não basta, e embora existam opiniões válidas, ou análises respeitáveis, em abono da verdade, mesmo que quisesse, não as posso valorar em termos científicos. Temos de esperar e que o diga uma análise também científica, que nos poderá dizer o que está bem, o que está mal, mas mais do que isso, o que poderia ou não ter sido feito e se tal era, naturalmente, exigível. Entendo que se deve uma vez por todas assumir uma de duas; ou há a inevitabilidade que a baixa de Albufeira estando assente sobre um zona do antigo ribeiro, vai ter em determinadas circunstâncias, cheias ou essa possibilidade pode ser um facto mínimo ou minorado, afastado o mais possível através desta, daquela ou da outra solução. É só isto que eu pretendo, mais nada, de uma forma muito objectiva, muito precisa. Daqui eu estou a dizer às pessoas a forma com que eu vejo toda a situação, que deve ser vista com toda a transparência e rigor. -----

Ricardo Clemente - Eu só queria deixar bem claro que, sobre esta questão concreta, das infra-estruturas, entregou a Câmara Municipal a verba na sua totalidade à Sociedade Polis para executar a obra. Foi estabelecido protocolo com a entidade Sociedade Polis que estava a requalificar aquela zona, daí eu dizer que, a responsabilidade actualmente é sempre da Câmara Municipal, se calhar, não sei se sabia, estes são os factos, é o facto que está em cima da mesa. Ou seja, é uma obra da Câmara Municipal que transita para a Sociedade Polis estabelecido por um protocolo, e a verba que foi transferida foi mais de quatro milhões e tal de euros. Digamos que as minhas intervenções tinham em conta isso, de facto, todos nós sabemos que é uma sociedade participada, pela Câmara Municipal e pelo Governo, mas neste caso, a responsabilidade, na medida em que foi entregue e existe um protocolo nesse sentido, é da Câmara Municipal. É esse o entendimento do PS. -----

Fernando Neves - Pelo que ouvi desta situação, foi debatida uma situação, e eu por acaso não sou técnico nem posso avaliar, é uma situação um bocado caricata. É que,

fiquei com a sensação que aquilo que foi feito subterraneamente, não dá vazão à água que choveu. Em vez de dar vazão, subia, era repuxo. Porquê? Porque as condutas que lá estão, se calhar são insuficientes para dar vazão. Eu fiquei com essa sensação. Quem sabe o que aconteceu aqui, não pode comparar com o que aconteceu em quarenta e oito ou cinquenta, não posso precisar bem as datas, umas das cheias até se andava de barco. E há quarenta, cinquenta anos atrás, chovia muito mais do que o que chove agora. Do meu ponto de vista, a sensação que tenho é que, de facto, houve erro grave naquilo que está no subsolo. Tem-se de apurar as responsabilidades. -----

Vice-Presidente – O Ricardo falou, se a Câmara teria cumprido todas as responsabilidades que tinha perante a Sociedade Polis, é claro que cumpriu, portanto, não está em causa isso. Aquilo que o Sr. Fernando Neves diz, é um conselho realmente a ver aquilo que está no subsolo. Agora, que a quantidade de chuva que caiu foi enorme, isso foi. E aquilo que aconteceu aqui, já disse que aconteceu em Madrid, em Setúbal, há dois anos e, cada vez mais pode acontecer, tem a ver com as alterações climáticas. ---- Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia, coloca as Moções a votação, sucessivamente. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA --**

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Francisco Calhau -----

**A Moção foi aprovada por unanimidade dos presentes -----**

Presidente da Assembleia - Proposta do Partido Socialista também para ser admitida e votada. -----

**VOTAÇÃO: MOÇÃO DO PS -----**

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: catorze (14) Carlos Silva e Sousa, Paulo Freitas, José Sequeira, Ana Simões, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. --

Votos a favor: dez (10) Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Francisco Calhau -----

**A Moção foi aprovada por maioria dos presentes -----**

Fernando Neves – A culpa não pode morrer solteira (Lê doc. ). -----

## A culpa não pode morrer solteira

Como o PCP tinha alertado quando da intervenção do programa polis, e saltava a vista de qualquer albufeirense que as obras não iriam resolver o problema dos esgotos e das águas pluviais, mas pelo contrário, desde esta intervenção as coisas pioraram bastante, o problema não é apenas do polis mas sim da má gestão municipal que deixou urbanizar os terrenos envolventes às zonas afectadas impermeabilizando os solos, que dão oportunidade a grandes cheias. Ora se para qualquer pessoa isto não passava despercebido como pode ter passado aos executivos municipais do PS e PSD.

- 1- **As obras efectuadas no largo Eng. Duarte Pacheco (Meia Laranja) e Av. 25 de Abril que anteriormente tinha um sistema de esgotos, que não sendo perfeito resolveu o problema durante cinquenta anos, foi substituído por condutas minúsculas, o que mais tarde veio a verificar-se que não serviam pois a porcaria ia saindo pelos sanitários dos restaurantes, bem como a separação dos esgotos e das águas pluviais que não está resolvido.**
- 2- No Planeamento Urbanístico do Cerro Malpique não foi planeado o escoamento de águas pluviais que antigamente eram sumidas pelos terrenos, e que hoje correm a céu aberto para a Meia Laranja.
- 3- **Os sumidores de águas pluviais da Meia Laranja e da Av. 25 de Abril são meras peças decorativas, pois não têm capacidade de escoamento suficiente.**
- 4- As cheias anteriores que afectaram apenas os restaurantes da Meia Laranja e rua Cândido dos Reis, no passado dia 22 de Setembro extrapolaram e chegaram à zona da Turial e Edifício Albufeira, esta situação deve-se às obras na Praça dos Pescadores onde existia uma saída de águas para o mar.
- 5- Na estrada de Vale Pedras junto ao quartel da GNR, que normalmente sofre pequenas inundações, desta vez foi um verdadeiro pandemónio, pois na parte mais baixa a água chegou à cintura de um adulto, sendo a GNR obrigada a retirar alguns veículos do parque de estacionamento.

O PCP chama a atenção aos órgãos competentes de gestão camarária do PSD, que ao contrário do que os mesmos tentam passar para os albufeirenses e para a comunicação social, a culpa não é só da chuva que caiu com alguma intensidade pouco mais de uma hora, mas sim do mau planeamento e falta de fiscalização por parte da autarquia.

**O PCP está solidário com toda a população afectada pelas cheias, e procurará na medida das suas forças intervir junto da autarquia para que este problema tenha solução.**

Albufeira, 23 de Setembro 2008  
Comissão Concelhia de Albufeira do PCP

## C D U

## MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Albufeira reunida do dia 24 de Setembro de 2008 em Sessão Ordinária propõe para discussão e deliberação a seguinte Moção sobre as alterações ao Código do Trabalho da iniciativa do Governo, Confederações patronais e UGT.

1. Considerando que a iniciativa do Governo, Confederações Patronais e UGT procuram introduzir a retirada de direitos aos trabalhadores, nomeadamente no que se refere à Contratação Colectiva e à sua livre negociação;
2. Considerando que tal iniciativa legaliza a ilegal precariedade como exclusivo vínculo laboral e contratual;
3. Considerando que as alterações que pretendem introduzir deixa ao Patronato o poder discricionário de decidir do regime contratual, horários, salários e descanso;
4. Considerando que as disposições do articulado das propostas de alteração do Código do Trabalho procuram cercear e impedir a organização sindical dos trabalhadores;
5. Considerando que tais alterações constituem um atentado contra os direitos conquistados pelos trabalhadores e inscritos na Constituição de Abril;
6. Considerando que a presente iniciativa do Governo, Confederações Patronais e UGT representam uma regressão civilizacional, cujos mecanismos para além da retirada de direitos conquistados pela luta dos trabalhadores, representam um atentado contra o regime democrático conquistado com a Revolução de Abril, a Assembleia Municipal de Albufeira, delibera:

--- -- Denunciar o carácter retrógrado neo-liberal anti-democrático e profundamente lesivo dos interesses dos trabalhadores, das alterações que o Poder Central ao serviço do grande Patronato pretende introduzir no Código do Trabalho;

----- Denunciar esta peça legislativa como instrumento de livre arbítrio do Patronato para aumentar os níveis de exploração dos trabalhadores;

----- Solidarizar-se com os trabalhadores e a sua luta e as suas organizações sindicais contra as alterações para pior do Código do Trabalho;

----- Dar público conhecimento da presente Moção, bem como, aos Órgãos de Soberania e estruturas do Movimento Sindical.

Albufeira, 24 de Setembro de 2008

Eleito da Coligação Democrática Unitária



Presidente da Assembleia – Coloca a votação a admissão da Moção. -----

**VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA MOÇÃO** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Ricardo Silva e Francelina Lourenço, -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A Moção foi aprovada por unanimidade** -----

Presidente da Assembleia – Passa a palavra aos Membros para intervirem acerca da Moção apresentada. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca a Moção a votação. -----

**VOTAÇÃO: MOÇÃO** -----

Votos Contra: sete (07) Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Abstenções: treze (13) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Ana Simões, Miguel Mesquita, Rui Bernardo, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Votos a favor: um (01) Fernando Neves -----

Ausências: zero (04) Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira e Ricardo Silva. -----

**A Moção foi reprovada por maioria dos presentes** -----

Fernando Neves – Eu queria colocar duas perguntas muito rápidas ao Sr. Vice-Presidente. Eu ouvi num programa da rádio “Solar”, com o Sr. Presidente, em que ele dizia que tinha sido inaugurada recentemente uma Elevatória em S. Rafael e outra nos Salgados. Já agora, se me pudesse esclarecer sobre esta situação, agradecia. -----

Vice-Presidente – Lamento, mas não tenho essa informação. -----

Francisco Oliveira – Também tenho uma questão para colocar, tem a ver com a situação das ETARS e a questão da praia dos Arrifes. Perguntava ao Sr. Presidente em exercício se a situação já se encontra resolvida, tendo em consideração que houve declarações por parte do Sr. Vereador responsável, que a situação seria resolvida até final da semana. Por outro lado, gostaria de deixar aqui alguns documentos que comprovam que as declarações por parte do Sr. Vereador, quando disse que a responsabilidade da ETAR é efectivamente das Águas do Algarve não correspondem à verdade. Nós temos aqui alguns documentos do Ministério do Ambiente que comprovam que a responsabilidade desta ETAR é da Câmara Municipal. Deixo aqui claro que a informação dada não corresponde à verdade. Gostaria de também perguntar ao Sr. Presidente em exercício, quais as medidas a tomar e se, o assunto já se encontra

resolvido, se podemos contar que de futuro estas situações não aconteçam. Deixo à Mesa os documentos que comprovam esta situação. -----



Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da República

PERGUNTA /X  
(14/05/2008)

**Assunto:** Poluição na Praia dos Arrifes - Albufeira

**Apresentado pelo Deputado:** David Martins do Círculo Eleitoral de Faro

Albufeira é um dos destinos turísticos mais procurados do Algarve, recebendo anualmente milhares de turistas nacionais e estrangeiros. Como principal motivação esses visitantes trazem o desejo de desfrutar de um descanso merecido numa das inúmeras praias de areia dourada e água límpida deste concelho.

As praias do concelho de Albufeira são efectivamente o "ouro" deste destino, tendo sido já distinguidas inúmeras vezes com a Bandeira Azul, pelo que importa preservar esta riqueza natural a todo o custo. Qualquer problema anómalo que não seja controlado em devido tempo poderá ter impactes incommensuráveis no ambiente, assim como na economia e emprego locais.

Sobre estes perigos, no passado dia 11 de Maio de 2008, um diário nacional de referência noticiou a ocorrência de uma avaria numa estação elevatória de águas residuais e o lançamento de esgotos directamente para a praia dos Arrifes, localizada entre S. Rafael e a Marina de Albufeira.

Segundo testemunhos de populares locais a esse jornal, esta situação terá ocorrido durante alguns dias, sendo uma situação que alegadamente também surgiu em anos anteriores.

Face ao exposto, e ao abrigo dos preceitos regimentais e constitucionais aplicáveis, solicito à CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA os seguintes esclarecimentos:

1. Compete a gestão e manutenção desta estação elevatória de águas residuais à Câmara Municipal de Albufeira ou à Águas do Algarve, S.A?
2. Tem a Câmara Municipal de Albufeira registo de ocorrências anteriores nesta estação elevatória? Se sim, quando, de que dimensão e quais as medidas adoptadas para resolver os problemas?
3. Estão garantidas as condições para que tais problemas não voltem a surgir no futuro?

O Deputado

David Martins



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

DSATS

A Secretária-Geral

Of. n.º 7043/MAF - 9 Julho 08

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República Maria do Rosário Rêgo  
Conselheira Adelina Sá Carvalh

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício n.º 1374	19-05-2008	Registo n.º 3014	21-05-2008

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º 1280/X (3.º) DE 16 DE MAIO DE 2008, DO SENHOR  
DEPUTADO DAVID MARTINS (PS)  
- POLUIÇÃO NA PRAIA DOS ARRIFES - ALBUFEIRA

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar  
cópia do ofício n.º 3348/2008/4384 de 4 de Julho do Gabinete do Senhor  
Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento  
Regional, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Á DAPLEN

08/07/10

A Directora de Serviços

f/ A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro



08/07/10

Proc.º n.º 3



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
*Gabinete do Ministro*

GABINETE do MINISTRO  
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 3986

Data 08 / 07 / 2008

Exma. Senhora  
Dra. Maria José Ribeiro  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro dos Assuntos Parlamentares

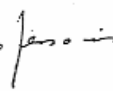
Palácio de S. Bento (A.R.)  
1249-068 Lisboa

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa Referência	Data
5528	21.05.2008	MAOTDR/3348/2008/4384 PROCº 48.30	04-07-2008

ASSUNTO: Pergunta n.º 1280/X/3ª - AC de 16 de Maio de 2008  
- Poluição na Praia dos Arrifes - Albufeira

Em resposta à Pergunta n.º 1280/X/3ª - AC de 16 de Maio de 2008, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de informar V. Exa. que:

- 1 - Não compete à Águas do Algarve, S.A. a gestão e ou a manutenção da referida Estação Elevatória pelo que a mesma é da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Albufeira.
- 2 - Não sendo aquela infra-estrutura da Águas do Algarve, esta empresa não possui qualquer registo de ocorrências.
- 3 - Pelo facto desta infra-estrutura não estar sob tutela da Águas do Algarve, aquela empresa não está habilitada para se pronunciar sobre a situação.

Com os melhores cumprimentos, 

O Chefe do Gabinete

  
Luís Morbey

MRC/EG



CISION

**CORREIO**  
da manhã

ID: 20665509

11-05-2008 | Algarve

Tiragem: 151203

País: Portugal

Período: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 10

Cores: Preto e Branco

Área: 21,63 x 23,16 cm²

Corte: 1 de 2

**ALBUFEIRA ■ AVARIA EM ESTAÇÃO ELEVATÓRIA CAUSA POLUIÇÃO**

# Esgotos atingem praia

Populares dizem que não é a primeira vez que águas residuais escorrem para o areal

■ JOSÉ CARLOS EUSEBIO

**U**ma avaria na estação elevatória de águas residuais provocou o lançamento de esgotos para a praia dos Arrifes, situada entre S. Rafael e a Marina de Albufeira. Um limpa-fossas e diversos técnicos estiveram durante toda a manhã de ontem envolvidos na resolução do problema. Populares asseguraram não ter sido a primeira vez que se verificou a escorrência de esgotos para aquela praia.

"Embora seja raro, já tem acontecido noutros anos", disse ao CM Carla Vieira, do restaurante "A Sardinha", situado na praia. Desta vez, os esgotos foram detectados na sexta-feira à tarde. "Cheirava um bocadinho mal, mas curiosamente não ouvimos queixas por parte dos turistas", refere a concessionária do apóio de praia. Mas há quem assegure que o aparecimento de esgotos já se dera na quinta-feira.

Cândido Gomes é adepto de mer-

gulho e é raro o dia que não se desloca até esta pequena praia de Albufeira. Segundo assegurou ontem ao CM, "há dois dias que estava a sair porcaria da estação elevatória para a praia".

"Não dava muito para perceber, porque as marés vivas que se têm feito sentir disfarçam um bocado a situação. Na vazante é que dá para detectar melhor", salientou Cândido Gomes.

**Problema verificou-se na praia dos Arrifes**

Sempre que se verifica este tipo de problemas, os funcionários do apoio de praia ligam para "os serviços da Câmara", garantindo que "eles costumam vir rapidamente resolver a avaria".

Ontem, o dia ameaçava chuva, pelo que eram poucos os frequentadores da praia. Mas mesmo assim havia algumas pessoas no areal a aproveitar os raios de sol que rompiam por entre as nuvens para se bronzear. A maior parte nem sequer se apercebera da escorrência de águas residuais para a praia. ■



▲ ESGOTO A ESCORRER FOI DETECTADO NA PASSADA SEXTA-FEIRA

## ESTAÇÃO GERA DIVERGÊNCIAS

■ O vereador do saneamento da Câmara de Albufeira, Carlos Quintino, confirmou ao CM que houve "um problema na estação elevatória", mas garantiu que a responsabilidade pela gestão da mesma não era da autarquia mas sim da empresa Águas do Algarve. "Os funcionários da autarquia apenas colaboraram", frisou. O nosso jornal contactou a Águas do Algarve que, através da responsável pela gabinete de comu-

nicação social, desmentiu que a estação elevatória em causa esteja a ser gerida pela empresa. "Foi detectado por nós o problema, mas verificámos que a estação é da autarquia", salientou Teresa Fernandes. A verdade é que quando a equipa de reportagem do CM esteve no local apenas viu carros da Câmara, incluindo um limpa-fossas. Os funcionários disseram que não tinham autorização para falar. - J.C.E. ■

Presidente da Assembleia - O Sr. Vice-Presidente quer dar alguns esclarecimentos? --  
Vice-Presidente - Posso responder a algumas questões. As Águas do Algarve estão à espera de autorização para a construção de uma nova Estação Elevatória, uma vez que esta já não faz parte daquele pacote da transferência das responsabilidades quer do município, algumas delas, as estações e os equipamentos de recolha de águas residuais para passar para as Águas do Algarve e esta é uma nova, daí que estamos à espera de autorização do Ministro para que ela se possa iniciar. Relativamente aos Arrifes, pois o Sr. Carlos Quintino na altura referiu que a responsabilidade era das Águas do Algarve, no entanto não é. Relativamente a S. Rafael e os Salgados o Eng. Gracias pode dizer qualquer coisa sobre a situação. -----

Eng. Gracias Fernandes - Sobre São Rafael, a questão é bastante simples. Foi feita uma nova Estação Elevatória, foi posta a trabalhar, e de repente a conduta elevatória começou a rebentar. Pôs-se a questão, o que é que se passava, tiraram destroços da conduta elevatória e detectou-se que o lote de fabrico da tubagem da conduta elevatória estava defeituoso. Tinha um defeito que não era visível pelo exterior, nas extremidades a espessura correspondia perfeitamente à espessura que estava autorizada, mas no interior estava muito mais fino. Nesse momento, voltou-se a pôr a trabalhar o sistema anterior da antiga estação elevatória e vai-se substituir toda a tubagem da conduta elevatória. A própria fábrica já aceitou que teve um fornecimento com anomalia. -----

Vice-Presidente - E sobre os Salgados? -----

Eng. Gracias Fernandes - Sobre os Salgados não percebi a pergunta. -----

Fernando Neves - O Sr. Presidente disse que tinha sido inaugurado uma Elevatória nos Salgados. -----

Eng. Gracias Fernandes - Foi só em São Rafael, nos Salgados não há nenhuma Estação Elevatória, há é intermunicipal em construção. -----

Fernando Neves - Os Salgados, aqui há muitos anos, ia-se à pesca e era uma coisa linda. Toda a gente ia para lá, agora não. Como é que é aquela situação da intermunicipal? Aquilo continua a ser um palco de porcaria que está lá. -----

Vice-Presidente - Certamente que o Sr. Presidente falou nessa intermunicipal que está a ser construída. É uma obra bastante grande, nessa altura, há seis anos, na abertura do concurso o montante das peças era de três milhões de contos. Uma estação que penso que irá resolver essa situação da Lagoa dos Salgados. Por aquilo que me apercebi, aquela questão da abertura dos Salgados, tem a ver com a uma questão de marca e tem a ver com a colaboração com a CCDR que em determinadas alturas toma determinadas vias por estar na jurisdição da CCDR. A intermunicipal, penso que irá resolver alguns problemas que acontecem naquela zona. Não sei para quando é que está previsto o termino. -----

Eng. Gracias Fernandes - A construção começou muito recentemente, dentro de um ano, mais ou menos. -----

Fernando Neves - O Eng. Gracias falou do problema em São Rafael. Quem é que vai suportar os custos daquela anomalia, é a Câmara ou a empresa? -----

Eng. Gracias Fernandes - É evidente que é a empresa fornecedora. Havia defeito na conduta. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia dá por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia e passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

Feita a Leitura da Correspondência, que fica à disposição dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia inicia o Período da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO PRIMEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos

termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Euridice Vieira – Queria pedir esclarecimento, não sei até que ponto me pode esclarecer, sobre duas questões que têm a ver com o Ministério da Educação. Na pág.21, a Câmara Municipal deliberou manifestar a intenção de apoiar uma Fundação para a eventual criação de um Pólo Universitário da Universidade Fernão Lopes. Nunca ouvi falar desta futura Universidade. Vou perguntar porque, preocupa-me estas questões das Universidades. Tem havido nos últimos anos um surgimento de muitas Universidades privadas, temos visto na comunicação social. Pergunto, ao Sr. Vice-Presidente, que Universidade é esta? Também na pág.30, sobre o Protocolo de Cooperação da Escola Superior de Educação de Torres Novas. Nós temos, no Algarve, a Escola Superior de Educação. Porque é que foi celebrado com a Escola Superior de Educação de Torres Novas. Parece-me que, a Escola Superior de Educação do Algarve tem dado melhores provas em termos de formação do que a de Torres Novas. Porque é que foi celebrado Protocolo com esta Escola e não com a do Algarve? -----

Vice-Presidente – Relativamente à Universidade Fernão Lopes. Foi feito o contacto com esta Fundação Correia da Serra há cerca de dois meses. É uma Fundação recentemente criada, talvez em Junho e que está a desenvolver um projecto no sentido de iniciar uma Universidade, com Pólos Universitários, nomeadamente em Albufeira, Olhão e Évora, Beja ou Portalegre, não sei exactamente. Neste momento, aquilo que foi proposto á Câmara Municipal e que a Câmara Municipal deliberou foi, manifestar intenção de, eventualmente, quando a Universidade estar devidamente acreditada, com os cursos que ela irá promover no sentido de, nós, município de Albufeira, estar interessado nessa situação. O que sai da Mesa é isto, existe realmente intenção. Têm um processo para a Universidade apresentado no Ministério de Educação. E foi só, pura e simplesmente na Câmara Municipal, um manifestar de interesse, caso venha a ser reconhecida como Universidade e os cursos a leccionar a nível de Albufeira seriam os que estão aí, Direito, Saúde/Fisioterapia/Radiologia, Informática, Engenharias e Gestão. Relativamente à escola de Torres Novas, neste momento o que está protocolado é apenas o funcionamento de alguns cursos pós-graduação. Não vão ter instalações e não têm que ter instalações, obviamente, não vai ser criada como a anterior, esta está criada e, em princípio vai funcionar na Escola Martim Fernandes, sexta-feira à noite e sábado. Dentro de poucos dias vamos ter que assinar o protocolo de cooperação, vai ter que ter pós-graduação na área de educação, obviamente, mas também aposta muito na área do turismo. É apenas isso e tão só. No entanto, pode haver alguns projectos de formação contínua, não só para docentes mas também para pessoas do ensino. Esta é uma situação completamente diferente da outra. Esta, dentro de pouco tempo irá desenvolver algum trabalho, a outra, encontra-se ainda no início. -----

Euridice Vieira – E porquê a Escola Superior de Educação de Torres Novas? -----

Vice-Presidente – Foi através de uma pessoa conhecida em Torres Novas. Falou-me na hipótese de ter um pólo no sentido de desenvolver esses cursos. Não é formação inicial, isso é um pouco mais complicado. Sendo cursos pós-graduação, penso que é

sempre útil. São cursos à noite, permite a pessoas que trabalham desenvolver os estudos. Penso que é extremamente interessante, é a primeira vez que Albufeira tem ensino superior. Acho que é benéfico e de algum interesse. -----

Francelina Lourenço – Ainda no seguimento desta recente Fundação. Uma Fundação recentemente criada já se propõe a criar um Pólo Universitário com base numa futura Universidade Fernão Lopes e reconhecer a existência de interesse na leccionação dos cursos de Direito, Saúde, não especifica qual a área, Fisioterapia, Radiologia, Informática, Engenharias e Gestão. Não sei, estou a ficar um bocado assustada. -----

Vice-Presidente – Relativamente a essa questão, não tenho preocupação absolutamente nenhuma. Com certeza, quando isto acontecer, se vier a acontecer, terá que ser bem estudado. Isto foi só um processo de intenção. Não sei se alguma vez irá acontecer. ---

Francelina Lourenço – Deve ser exigidas garantias de oferta de qualidade, julgo eu. Não se pode fazer as coisas à toa. -----

Vice-Presidente – Com certeza! -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

### PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sobre o pedido de Demissão de Mandato, do Membro da Assembleia Municipal, Cristiano José da Ponte Cabrita; -----

Presidente da Assembleia – Este ponto não era para vir na Ordem do Dia. Não é preciso ser deliberado. Não temos de nos pronunciar sobre isso, fica dado conhecimento. -----

Passa-se ao ponto seguinte. -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal de abastecimento de água do Município de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ricardo Silva – Sobre este ponto, o PS propõe que seja retirado da Ordem do Dia, uma vez que chegaram documentos a nós que, ambos os documentos são revisão. O datado de Julho 2008 é uma revisão, o de Abril 2008 diz também que é uma revisão. Sendo que, o tempo que, de facto foi previsto foi o de Abril de 2008. O PS propõe a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos e que fosse acautelado esta situação, que quanto à questão técnica há alguma dificuldade de compreensão, daí que fosse mais concreto, na medida que fosse de uma leitura mais fácil para nós. -----

Vice-Presidente – Eu queria esclarecer que, no fundo, há aqui dois conjuntos de regulamentos. Há um que tem a ver com Abril de 2008, que foi para pareceres de entidades externas, nomeadamente, diz aí na informação, foram convidados a apresentar pareceres as entidades: o IRAR, a Águas do Algarve, a ARS, o INC e a DECO. Tendo acontecido que o IRAR fez a análise, respondeu a algumas questões, entendeu os Serviços e depois a Câmara Municipal, deliberar no sentido de introduzir o outro regulamento, o anexo 6, onde aparece datado de Julho de 2008. Portanto, o de Abril foi para pareceres de entidades externas, o de Julho é já a consequência dos pareceres das entidades externas, e já com as alterações que as entidades externas

propuseram. Estas alterações, essencialmente, devem-se à publicação da Lei n.º12/2008. A lei falava sobre aluguer de contadores, falava da publicidade da alteração. -----

Francisco Calhau – Queria uma explicação da redacção do Ponto 3 do Art.91º "*A componente fixa é devida em função da disponibilização da rede e dos serviços e equipamentos da Entidade Gestora, designa-se como tarifa de disponibilidade e possui base de cálculo mensal*". O que possui a base de cálculo mensal? -----

Presidente da Assembleia – É uma parte que é fixa e é outra parte que é variável. -----

Vice-Presidente – Existe algum perigo eminente de não se aprovar o regulamento? -----

Eng. Gracias Fernandes – Há. Desde Maio que não estamos a cobrar o aluguer de contadores, portanto, há prejuízo. -----

Presidente da Assembleia – Eu, parece-me que, independentemente da urgência do ponto, proponho a retirada do ponto e que se criasse uma Comissão para analisar o assunto. Eu proponha que a Comissão fosse composta por dois membros do PSD, dois do PS e um da CDU. As bancadas têm de indicar os elementos que vão fazer parte desta Comissão o quanto antes, a CDU não é necessário, é o Sr. Neves, para que em Outubro volte à Assembleia, e que fique decidido. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação, de retirar o ponto da Ordem de Dia. -----

**VOTAÇÃO: RETIRAR O PONTO DA ORDEM DO DIA** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

**VOTAÇÃO: CRIAR COMISSÃO DE ANÁLISE** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----



#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Constituição do Direito de superfície a favor do Município de Albufeira sobre o prédio propriedade da Polis Albufeira Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA; Presidente da Assembleia – Apresenta os pontos e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

#### PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da desafecção de bens do domínio público Municipal – parcela do prédio sito em Vale Pedras – Correeira – ulterior constituição de direito de superfície sobre aquela a favor de uma Associação sem fins lucrativos; -----

O Membro Vítor Vieira sai da sala, por fazer pertencer à ACRAL. -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. A Associação é a ACRAL e destina-se a equipamento social. -----

Francisco Oliveira - De forma alguma querer estar a desacreditar a ACRAL mas, há aqui alguma perplexidade sobre a Associação e o seu projecto. Sendo que a ACRAL está em posição de desenvolver este projecto, uma vez que é uma Associação de Comerciantes para defesa dos direitos dos comerciantes, agora, se nesta área terá ou não capacidade. É só o que gostaria de questionar. -----

Presidente da Assembleia – Já agora, quero que saibam que na altura fiz um passeio onde me foi mostrado este projecto e tanto quanto me apercebi, a solidariedade tem a ver com os próprios comerciantes, com um Lar de Terceira Idade. Foi a ideia que eu tirei daquela visita. -----

Ricardo Silva – É apenas para os associados do concelho? -----

Presidente – Provavelmente. Não sei. Fica, um bocado, ao critério da própria associação. Não se pode restringir, penso eu, ao concelho. Não sei. Acho que não se pode discriminar. Há os associados, há os deficientes. -----

Vice-Presidente – Depois, virá no regulamento. -----

Euridice Vieira – Aí, em relação à percentagem, deveria ficar escrito no protocolo. Qualquer coisa, como a percentagem de preferência. A Câmara Municipal está a disponibilizar o terreno, logo pode exigir algumas coisas. -----

Fernando Neves – Só um pequeno à parte. Isto é como a AHETA, também se ofereceu o terreno. Foi retirado ao público, para passar para privados. Isto é da Câmara, é público, é de todos. E era bom que fosse a Câmara, mas já sei que não pode ser. Em relação a isto, faz-me lembrar o ponto da AHETA. Uma Associação Patronal, privada, num terreno dado pelos contribuintes. Não é por ser contra à ideia, mas deveriam estabelecer prioridades em relação às situações de carácter social. -----  
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. --

Ausências: uma (01) Vítor Vieira -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

#### PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de rectificação do PDM de Albufeira (Zonas de Edificação Dispersa/RAN); -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

#### PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público de higiene Urbana – Abril 2005/Fevereiro 2013; - alteração do montante; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira – Eu estive a analisar este documento e o mesmo vem agora em contradição com o documento que nos tinha sido enviado anteriormente, efectivamente os índices. Tendo em consideração que, parece que foi dito numa Assembleia, existe um parecer jurídico, enviado a esta Assembleia, mas eu próprio não tenho conhecimento desta matéria. E tendo em consideração que é matéria extremamente sensível, faço já a recomendação para uma nova Assembleia Municipal e que este ponto fosse retirado para ser devidamente analisado e, para o efeito, se assim o entendessem, criar uma Comissão, para analisar o parecer jurídico. Os valores que são propostos, são valores consideráveis, não sei se é necessário ou não, até porque há aqui uma consideração para o efeito, relativamente ao facto de, já desde Maio de 2007, se irem a praticar determinadas operações. Estamos a falar de valores bastante consideráveis. Punha à consideração da Assembleia que este ponto seja retirado e que se convoque uma nova Assembleia que terá lugar dentro de quinze dias, no máximo, para que pudéssemos analisar toda esta documentação. -----

Presidente da Assembleia – Está à discussão a proposta do Dr. Francisco Oliveira. -----

Miguel Mesquita – Sendo um documento muito complexo, eu, tecnicamente, não estou preparado para o analisar. Sinceramente, não estou preparado para me pronunciar, é matéria bastante complexa e faz-me confusão, não sei se isto é possível. E como não estou preparado para me pronunciar e como diz o Dr. Francisco Oliveira, talvez a solução fosse essa, criar uma Comissão, para analisar todos os prós e os contras, para todos nós sermos elucidados e depois tomarmos uma decisão. Faço essa proposta, acho que, talvez, fosse a melhor solução. -----

Fernando Neves – Foi-nos enviado um parecer jurídico da Firma “Irmãos Cavaco” sobre a limpeza e o executivo tem conhecimento desse documento. O que é que pensa sobre o assunto, já que foi a Câmara, através de concurso, delegou esse serviço a essa empresa? O que é que a Câmara tem a dizer sobre isso? -----

Presidente da Assembleia – Esse parecer, já passei os olhos por cima. Não sei dizer quando foi enviado à Assembleia Municipal. Eu, na altura passei os olhos por cima disto e, não há aqui nenhum pedido, não há aqui nada. É um parecer que é entregue na Assembleia Municipal. Li. Foi dado conhecimento através de correspondência. De facto, também tenho algumas restrições em relação a isto. Mas se há, de facto, essa vontade das bancadas no sentido de o ponto ser retirado para ser melhor clarificado. E a situação da Comissão, eu acho que sim. Terá de se pedir ao Sr. Vereador que depois preste aos esclarecimentos através de recursos técnicos a esta Comissão, porque se não, não vale estarmos aqui a atrasar isto. -----

Francisco Calhau – É para dizer que concordo plenamente com o proposto e que, o executivo preste no mais curto espaço possível, esclarecimentos no sentido de se rever o documento. Fazer proposta, ou não. -----

Vice-Presidente – Sr. Fernando, não sei que pergunta é essa, é um bocado descabida. Se a Câmara envia para aqui, para os Senhores Membros, se foi aprovado em reunião de Câmara em 05/08/2008, foi deliberado ter em conta o teor da informação e proceder aos preceitos técnicos nela sugeridos, remetendo-se o processo à

Assembleia Municipal para a obtenção da necessária autorização. Quer dizer, concorda com o que está aqui, neste momento, não quer dizer que não venha outra interpretação da situação. A Assembleia vai nomear uma Comissão de análise a esta situação, penso eu, pode ser que haja novas situações que possam prevalecer. Mas agora, neste momento, com certeza, não podia ser de outra maneira, se não a Câmara ter concordado com aquilo que está aqui. -----

Fernando Neves – O executivo concorda com a alteração do montante a pagar à Firma “Irmãos Cavaco” -----

Presidente da Assembleia – O que está em causa é, precisamente, essa proposta da Câmara. A Câmara está a propor, a nós, esta alteração. Está a pedir autorização para praticar o acto. O que interessa é isso. Está à votação a proposta de, retirar este ponto da ordem de trabalhos e criar Comissão. -----

**VOTAÇÃO: RETIRAR O PONTO DA ORDEM DO DIA E CRIAR COMISSÃO** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia agradece ao Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, em nome da Assembleia Municipal, de todos os Membros, a gentileza de ter recebido bem, nesta sua casa. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:36 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. --

Albufeira, 25 de Setembro de 2008 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_